

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Renata Caixeta Machado

IMIGRANTES E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: SEGMENTAÇÃO ENTRE
BRASILEIROS E ESTRANGEIROS E O IMPACTO DA LÍNGUA MATERNA

Goiânia

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Renata Caixeta Machado

Título do trabalho: Imigrantes e o mercado de trabalho no Brasil: Segmentação entre brasileiros e estrangeiros e o impacto da língua materna

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Renata Caixeta Machado
Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 20 / 12 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Renata Caixeta Machado

IMIGRANTES E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: SEGMENTAÇÃO ENTRE
BRASILEIROS E ESTRANGEIROS E O IMPACTO DA LÍNGUA MATERNA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia da Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas (FACE) da Universidade Federal de
Goiás (UFG) como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Casari

Goiânia

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Renata Caixeta

Imigrantes e o mercado de trabalho no Brasil: Segmentação entre
brasileiros e estrangeiros e o impacto da língua materna [manuscrito] /
Renata Caixeta Machado. - 2016.

LXXXVIII, 88 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscila Casari.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Economia,
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Apêndice.

1. Migração . 2. Mercado de trabalho. 3. Segmentação. 4. Economia
da linguagem. I. Casari, Priscila, orient. II. Título.

CDU 33



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

Aos sete dias do mês de dezembro de 2016, no horário de 9h horas às 10:30h horas, foi realizada, em sessão pública, na sala 2110 da FACE, a defesa da dissertação *Imigrantes no mercado de trabalho no Brasil: segmentação entre brasileiros e estrangeiros e o impacto da língua materna*, de autoria da discente Renata Caixeta Machado, do Programa de Pós-Graduação em Economia- PPE da UFG. A Comissão Examinadora, constituída pela Professora Priscila Casari, da Universidade Federal de Goiás (UFG) (Membro Interno/Orientador), Professor Sandro Eduardo Monsueto, da Universidade Federal de Goiás (UFG)(Membro Interno) e pelo Professor Pedro Rodrigues de Oliveira, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Membro Externo), emitiu o seguinte parecer:

Resultado Final:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Recomendações:

— x —

Eu, Priscila Casari, orientadora da discente, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Priscila Casari (orientadora/Presidente/PPE/UFG)

Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto (Examinador Interno/UFG/PPE)

Prof. Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira (Membro Externo/UFGD)

DEDICATÓRIA

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Priscila Casari, pela paciência, atenção, apoio e orientações que tanto contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto e ao Prof. Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira, pelas importantes considerações no exame de qualificação. Especialmente, ao Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto, pela disponibilidade em ajudar no decorrer do curso de mestrado.

Ao Prof. Dr. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho, pelo incentivo no início do curso de mestrado e, também, pela disponibilidade em me orientar nos primeiros períodos.

Aos demais professores que compõem o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

Aos servidores técnicos administrativos, pela presteza e cordialidade no suporte aos alunos na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Economia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pelo apoio financeiro no primeiro ano do curso de mestrado.

Aos meus colegas do mestrado, pelo convívio e companheirismo durante o curso. Especialmente, à Pamella Kamiya Alves, por dividir os momentos de angústia e alegria neste último ano e por ter tornado mais agradável o período de estágio docência.

Aos meus colegas de trabalho, pela confiança e apoio durante esta jornada. Especialmente, à Núbia Almeida, pela compreensão, que me permitiu ter tranquilidade para concluir esta dissertação.

À minha família e aos meus amigos, por aliviarem minhas inquietações e pelos momentos de alegria e diversão. Especialmente, à minha mãe, Izabel Cristina Caixeta, pelas sinceras palavras de incentivo tão necessárias na superação dos momentos de desânimo.

Ao meu noivo, Thomaz Borges Jorge, por me amparar a todo instante, por compreender minhas aflições e por me fazer mais feliz e realizada a cada dia.

A Deus e a Nossa Senhora, por me permitirem concluir esta etapa da minha vida com sucesso.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 SEGMENTAÇÃO ENTRE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	11
2.1 Introdução	11
2.2 Teorias econômicas sobre migração	13
2.3 Referencial empírico.....	21
2.4 Metodologia	25
2.5 Resultados.....	29
2.5.1 Análise descritiva	29
2.5.2 Resultados econométricos	34
2.6 Conclusão.....	38
3 O IMPACTO DA LÍNGUA MATERNA NA INSERÇÃO DOS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	40
3.1 Introdução	40
3.2 Fundamentações teóricas e empíricas	42
3.2.1 Economia da linguagem	42
3.2.2 Linguagem, gênero e comportamento	48
3.2.3 Linguagem, tempo futuro e comportamento	51
3.3 Metodologia	55
3.4 Resultados.....	60
3.4.1 Análise descritiva	60
3.4.2 Resultados econométricos	68
3.5 Conclusão.....	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE	83

RESUMO

A migração do trabalho situa-se no centro das regulações econômicas contemporâneas e sugere um processo demográfico que evidencia a necessidade de mobilidade entre os indivíduos. Nesse sentido, a compreensão dos deslocamentos de mão de obra mostra-se imprescindível para a determinação de políticas voltadas a estes. O objetivo geral deste estudo é analisar a realidade dos imigrantes no mercado de trabalho no Brasil sob duas perspectivas: quanto à existência de segmentação entre brasileiros e estrangeiros e; no que tange ao impacto das línguas maternas sobre a inserção dos trabalhadores na sociedade hospedeira. Para tal, utiliza-se o modelo logit multinomial. Em primeiro lugar, busca-se verificar o efeito da condição de imigrante sobre as probabilidades de o indivíduo pertencer a um dos estados de emprego propostos – inatividade, desemprego, ocupação primária e secundária. Em segundo lugar, procura-se avaliar se, como e em que medida determinadas características das linguagens nativas dos imigrantes – origem latina, distinção explícita entre os gêneros e referência genérica ao futuro – interferem nas probabilidades de os mesmos encontrarem-se inativos, desempregados e ocupados. São utilizados dados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o país como um todo, sendo a amostra restrita à População em Idade Ativa (10 a 65 anos). Os resultados indicam que não há segmentação entre a força de trabalho interna e externa no Brasil, uma vez que o fato de o indivíduo ser imigrante aumenta sua chance de estar inserido em uma ocupação primária e diminui a probabilidade de ingresso em uma ocupação secundária. Ademais, constata-se que as características supracitadas dos idiomas falados pelos imigrantes exercem, de fato, influência na colocação destes no mercado de trabalho brasileiro. Especificamente, os resultados mostram que uma pessoa que utiliza língua de origem latina exibe menor chance de ser inativa e maior chance de estar ocupada; mulheres cujos idiomas flexionam gênero são mais propensas a configurarem-se como inativas quanto ao estado de emprego e; aqueles que falam linguagens fracas FTR possuem a probabilidade de desemprego reduzida. O presente trabalho preenche algumas lacunas na literatura sobre imigração, sobretudo, no Brasil e contribui, ainda, enquanto uma pesquisa adicional sobre o tema em questão, podendo, assim, apoiar a formação de políticas públicas voltadas aos fluxos migratórios internacionais que possuem como destino o Brasil.

Palavras-chave: Migração; Mercado de trabalho; Segmentação; Economia da Linguagem

ABSTRACT

Labor migration is at the center of contemporary economic regulation and suggests a demographic process that highlights the need for people mobility. In this sense, the understanding of manpower mobility is essential for the determination of immigration policies. The general objective of this study is to analyze immigrants reality in the Brazilian labor market from two perspectives: regarding the existence of segmentation between Brazilians and foreigners; and in relation to the impact of the mother tongues on the insertion of the workers in the host society. For this, we use multinomial logit models. In the first place, we seek to verify the effect of the immigrant condition on the probabilities of the individual belonging to one of the proposed states of employment - inactivity, unemployment, primary and secondary occupation. Second, we try to evaluate if, how and to what extent certain characteristics of native languages of immigrants - Latin origin, explicit distinction between genders and generic reference to the future - interfere in the probability of them finding themselves inactive, unemployed and occupied. Data from the 2010 Demographic Census, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), are used for the country as a whole, and the sample is restricted to the Population in the Working Age (10 to 65 years). The results indicate that there is no segmentation between the internal and external workforce in Brazil, since the fact that being an immigrant increases his chances of working in a primary occupation and decreases the probability of entering a secondary occupation. In addition, it can be seen that the aforementioned characteristics of the languages spoken by immigrants exert an influence on the placement of immigrants in the Brazilian labor market. Specifically, the results show that persons who use Latin languages have lower chances of being inactive and greater chances of being employed; women whose languages are gender-biased are more likely to be inactive; and those who speak weak FTR languages have reduced probability of unemployment. The present paper fills some gaps in the literature on immigration, especially in Brazil. It also contributes, as an additional research on the subject, and can thus support the formation of public policies focused on the international migratory flows destined to the Brazil.

Key words: Migration; Labor Market; Labor Segmentation; Economics of Language

1 INTRODUÇÃO

A migração internacional é um fenômeno que faz parte da história da humanidade, que tem aumentado em volume e significância e, portanto, tem sido alvo de crescente atenção, notadamente, desde as últimas décadas do século XX. Os deslocamentos populacionais, enquanto processos históricos e sociais, exercem diversas influências na configuração da sociedade, na estrutura da economia e na interação cultural dos países, podendo ser motivados por inúmeros fatores, tais como a busca pela prosperidade econômica (vislumbrada na oportunidade de emprego, ou de estudo), ou a fuga de guerras, catástrofes naturais e perseguições, sejam elas políticas, religiosas, ou étnicas. As dinâmicas migratórias ocorrem, ainda, em razão do desenvolvimento de novas formas de mobilidade internacional e aos múltiplos processos de integração regional e de globalização (FERRÃO, 2011; PATARRA, 2006; SILVA, 2005).

A migração do trabalho, em especial, torna-se um dos principais pilares da economia global na medida em que se situa no cerne das regulações econômicas atuais, ou, precisamente, dos mercados de trabalho e sugere um processo demográfico que evidencia a necessidade de mobilidade entre os indivíduos. Neste contexto, a compreensão do deslocamento espacial como parte das estratégias de sobrevivência e de mobilidade social da população faz-se imprescindível para a determinação de políticas orientadas ao direcionamento dos processos migratórios. Admite-se, contudo, a inexistência de um modelo de ação único voltado à migração internacional, bem como de uma teoria acabada capaz de explicá-la universalmente. Ademais, ressalta-se a importância de evidências empíricas para corroborar as hipóteses cercadas de indefinições e contrassensos (BAUDER, 2006; MARTINE, 2005; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011).

O Brasil tem passado, nos últimos anos, por um processo de céleres e expressivas mudanças em sua política migratória, em razão, principalmente, de sua expansiva inserção na governabilidade internacional e na economia mundial. O país passou a apresentar novas tendências e modalidades de migração internacional, que incluem não só a emigração de brasileiros, mas, também e sobretudo, a imigração de estrangeiros originários, predominantemente, de outros países em desenvolvimento, destacando-se a entrada de trabalhadores qualificados para atender à demanda por mão de obra especializada existente no país (PATARRA; FERNANDES, 2011).

A relevância do assunto acerca do vínculo entre migração e trabalho e a proeminência do Brasil neste contexto instigam a realização deste estudo. Verifica-se, na literatura pertinente

ao tema em questão, uma carência de pesquisas que analisem, a partir de dados recentes, a realidade dos imigrantes no referido país quanto à existência de segmentação ocupacional entre estes e os brasileiros – nativos e naturalizados. Busca-se, então, em primeiro lugar, amenizar esta lacuna, avaliando a relevância, o sentido (positivo, ou negativo) e a magnitude do efeito da condição de imigrante sobre a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, considerando, para tal, as probabilidades referentes à inatividade, ao desemprego e à empregabilidade destes em atividades classificadas como primárias, ou secundárias.

Em segundo lugar, este trabalho pretende explorar a imigração no Brasil sob a perspectiva da economia da linguagem. Diante da falta de estudos recentes acerca da influência de estruturas linguísticas diversas sobre o comportamento de imigrantes, particularmente, no referido país, procura-se investigar o impacto das línguas nativas dos trabalhadores sobre o ingresso destes no mercado de trabalho brasileiro. A partir da classificação dos idiomas de origem dos imigrantes quanto a aspectos como origem latina, forma de menção aos gêneros feminino e masculino e formato de referência ao tempo futuro, é averiguado se, como e em que proporções estas características das linguagens podem interferir nas chances de os estrangeiros, incluindo aqueles que se naturalizaram brasileiros, encontrarem-se inativos, desempregados, ou empregados no Brasil.

O presente trabalho traz, além desta introdução, outros três capítulos. O segundo capítulo destina-se a cumprir o primeiro objetivo deste estudo, qual seja analisar a existência de segmentação ocupacional entre brasileiros e estrangeiros no mercado de trabalho no Brasil. O terceiro capítulo, por sua vez, aborda o impacto da língua materna na colocação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, cumprindo, assim, o segundo objetivo aqui proposto. Por fim, o quarto e último capítulo, que consiste nas considerações finais, oferece uma visão geral acerca da contribuição do estudo, encerrando-o.

2 SEGMENTAÇÃO ENTRE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

2.1 Introdução

A partir dos anos 1980, os fenômenos migratórios internacionais, enquanto processos sociais, começaram a atrair a atenção pública no Brasil. Diante da experiência de um saldo migratório negativo neste período, as preocupações de política pública passaram a estar pautadas na garantia dos direitos dos migrantes, sejam eles nativos que se deslocam para o exterior, ou estrangeiros que migram para o referido país. Ressalta-se, inclusive, uma expressiva representatividade destes últimos nos atuais fluxos migratórios que envolvem o Brasil (OLIVEIRA, 2013; PATARRA; FERNANDES, 2011).

Este incremento no volume de imigração internacional, sobretudo no período de 2005 a 2010, pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, menciona-se a estabilidade econômica do país, que tem sustentado o desenvolvimento de atividades produtivas a partir da segunda metade da década de 1990. Em segundo lugar, a crise financeira que afeta os países desenvolvidos desde o ano de 2008 é um aspecto que favorece o deslocamento de estrangeiros para o Brasil (OLIVEIRA, 2013).

A migração implica a necessidade de inserção do indivíduo no mercado de trabalho no local de destino. Entretanto, tanto o ingresso em atividades quanto o ajustamento às estruturas ocupacionais da região de acolhimento podem representar uma dificuldade para os estrangeiros. Segundo Vilela (2011), alguns estudos verificam que estes são, negativamente, discriminados, uma vez que se encontram empregados em setores precários do mercado de trabalho. Banerjee (1983) e Constant e Massey (2005) são exemplos de trabalhos que revelam que os imigrantes que se dirigem para Délhi e para a Alemanha, respectivamente, são, de fato, atraídos por oportunidades no setor informal e que sofrem discriminação no processo de formação de carreira.

Esta realidade enfrentada por alguns imigrantes pode ser explicada a partir da teoria do mercado de trabalho dual. Segundo esta, nas economias modernas, o mercado de trabalho encontra-se segmentado em um setor primário e um secundário. O primeiro, no qual se ofertam ocupações consideradas primárias, é caracterizado por boas remunerações e condições de trabalho, estabilidade e expressiva mobilidade ocupacional. Já o segundo, no qual se encontram

ocupações ditas secundárias, é marcado por baixos salários, condições de trabalho precárias, elevada rotatividade e limitadas perspectivas de ascensão hierárquica (LIMA, 1980).

A partir da associação entre a referida teoria e os deslocamentos de mão de obra entre países, infere-se que estes são impulsionados por uma demanda de trabalhadores para atividades de menor prestígio social que é verificada em algumas regiões (GUEDES; AGOSTINHO; MAXIMO, 2008; MASSEY et al., 1993). Tal concepção justifica a inserção dos imigrantes no setor secundário do mercado de trabalho na sociedade hospedeira e é válida para explicar a realidade dos trabalhadores estrangeiros em alguns países. No que se refere ao Brasil, entretanto, há poucos estudos sobre o assunto e, portanto, não há, ainda, um consenso sobre a real existência de segmentação entre a mão de obra interna e externa.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar a existência de segmentação entre brasileiros – nativos e naturalizados – e estrangeiros no referido país. Especificamente, pretende-se:

- Traçar o perfil do imigrante no Brasil, quanto a características socioeconômicas, comparando-o ao perfil encontrado para os brasileiros natos e naturalizados;
- Averiguar se o fato de o indivíduo ser imigrante impacta em sua inserção no mercado de trabalho no país em questão e, sendo o impacto significativo, avaliar sua direção – se o mesmo é positivo, ou negativo – e sua dimensão.

Para alcançar tais objetivos, utilizam-se dados do último Censo Demográfico, do ano de 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aplica-se o modelo logit multinomial. Tal modelo é utilizado para analisar variáveis qualitativas não ordenadas e, portanto, é adequado a este estudo, uma vez que a intenção é verificar como as probabilidades de os indivíduos estarem inativos, desempregados, ou empregados em uma ocupação primária, ou secundária variam entre os imigrantes e os brasileiros, controlando os efeitos de variáveis socioeconômicas.

Acredita-se que o presente trabalho possa contribuir com a literatura concernente ao estudo da imigração no Brasil no sentido de amenizar uma lacuna identificada: observa-se uma carência de pesquisas que investiguem, com base em dados recentes, a realidade dos imigrantes no referido país no que diz respeito à predominância de segmentação entre estes e os brasileiros no mercado de trabalho.

Este capítulo traz, além desta introdução, outras cinco seções. A segunda seção apresenta uma revisão de algumas das principais teorias econômicas de migração. Na terceira seção, apontam-se alguns trabalhos empíricos que analisam a conexão entre os processos migratórios – em suas dimensões internacional e interna – e a segmentação no mercado de

trabalho na sociedade hospedeira dos imigrantes. A quarta seção consiste na metodologia e a quinta apresenta os resultados descritivos e empíricos encontrados. Por fim, a sexta e última seção expõe as considerações finais, que oferecem um apanhado da análise, encerrando-a.

2.2 Teorias econômicas sobre migração

Apresenta-se, a seguir, uma breve revisão de algumas das principais teorias¹ de migração.

Algumas delas analisam os movimentos migratórios, principalmente, como resultado de vetores de força individuais, os migrantes. Do ponto de vista da escola clássica, segundo Lucena e Dias (2013), a migração atua como um mecanismo de redistribuição de trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos e, por conseguinte, a diferenciação de salários, podem ser a causa primeira da redistribuição da mão de obra entre diversas regiões.

Em primeiro lugar, porque em mercados reduzidos as oportunidades de troca são escassas e, portanto, não há demanda por determinados tipos de trabalho. Estes, por sua vez, encontram mercado, especialmente, nos grandes centros industriais e comerciais, onde há estímulo e necessidade de especialização da mão de obra. Nesse sentido, a diferença existente entre oferta e demanda por trabalho em locais distintos promove a migração de trabalhadores (RAVENSTEIN, 1980; SMITH, 1996).

Em segundo lugar, cada emprego de mão de obra apresenta vantagens e desvantagens, de tal forma que, em uma sociedade na qual prevalece a liberdade de escolha, as pessoas racionais procuram pelo emprego mais proveitoso, ao passo que abandonam os outros. De acordo com esta concepção e pressupondo a livre circulação de mão de obra, tem-se a migração de indivíduos das regiões com oferta abundante de trabalho – e, portanto, baixos salários –, para as regiões com excesso de demanda por trabalhadores – e, portanto, altos salários (SMITH, 1996).

Os teóricos neoclássicos compartilham, segundo Massey et al. (1993), dessa visão de que a migração é um fenômeno causado por diferenças geográficas na oferta e demanda por mão de obra e, portanto, concernente aos diferenciais de salários entre as regiões. Contudo, Todaro (1980) adverte que a decisão de migrar não deve estar associada, somente, às disparidades de renda real, mas, também, à probabilidade de obtenção de um emprego urbano.

¹ A seleção das principais teorias é baseada em diversos trabalhos sobre o tema, dentre eles: Figueiredo (2005), Lucena e Dias (2013), Santos et al. (2010), Sasaki e Assis (2000) e Soares (2002).

Essa segunda variável torna-se valiosa, segundo este autor, a partir do momento em que se concebe a existência de um “exército de reserva” composto por trabalhadores desempregados e subempregados nas cidades.

A migração é compreendida pela escola neoclássica, então, como um processo conexo ao desenvolvimento econômico – visto que fomenta a transferência de significativas parcelas da força de trabalho da agricultura para a indústria – e que ocorre em dois estágios. O primeiro corresponde ao deslocamento do trabalhador rural e não qualificado para o setor urbano tradicional – composto por todos os trabalhadores que não estão, regularmente, empregados. O segundo estágio, por sua vez, é aquele no qual o assalariado encontra um emprego estável no setor moderno – o qual é eficiente e comporta a mão de obra contratada (BRITO, 2009; TODARO, 1980).

A teoria do capital humano, por sua vez, destaca que o fenômeno migratório não precisa, necessariamente, estar associado ao mercado de trabalho, a fatores históricos e estruturais, ou a conjunturas socioeconômicas em geral, na medida em que representa busca por melhores oportunidades e bem-estar e, portanto, constitui uma forma de investimento no agente humano. Segundo Schultz (1961), para que se tenha uma compreensão razoável acerca desse tipo de investimento, deve-se averiguar atividades que tanto satisfazem as preferências dos consumidores quanto aumentam as suas capacidades. A migração, bem como a saúde, a educação e a formação profissional estão incluídas entre estas.

Para Sjaastad (1980)², a migração decorre de um cálculo dos custos exigidos e dos benefícios propiciados pelo movimento, de forma que a melhor alternativa é pondera-la sob o prisma da alocação de recursos, como um investimento que aumenta a produtividade do capital humano. O agente econômico opta por investir em si próprio quando os retornos – maior nível de ganhos e satisfação – superam os custos da operação – despesas diretas (mensalidade, livros etc.); ganhos cedidos (devido ao tempo dedicado à formação) e; perdas psicológicas (dado que o processo é penoso). Desse modo, o determinante mais importante do valor empregado em capital humano pode ser sua rentabilidade, ou taxa de retorno (BECKER, 1975; EHRENBURG; SMITH, 2000; LIMA, 1980).

Assim sendo, o horizonte temporal, no qual o retorno pode ser resgatado, é essencial para explicar variações nos níveis de investimento no decorrer da vida das pessoas. Destarte, a

² Alguns trabalhos, como Santos et al. (2010) e Soares (2002), destacam este autor no domínio da teoria neoclássica. No entanto, diante da similaridade entre as discussões de Sjaastad e da teoria do capital humano, Maciel e Oliveira (2011) e Peixoto (2004) o consideram como teórico desta última doutrina. Outros, como Massey et al. (1993), optam pela designação “teoria neoclássica do capital humano”.

idade é um fator que influencia, notadamente, as decisões sobre investimento e migração. Indivíduos jovens são mais propensos a investir em si próprios e a migrar do que aqueles que estão em idade avançada, uma vez que o tempo para auferir os retornos do deslocamento é maior no primeiro caso (EHRENBERG; SMITH, 2000; SCHULTZ, 1961).

Além da idade, as configurações de distribuição de renda das regiões de origem e de destino, também, interferem no comportamento dos indivíduos com relação a movimentos migratórios. A distribuição de renda está sujeita, segundo Roy (1951), a fatores reais, quais sejam o arranjo dos diversos tipos de habilidades humanas e o estado das técnicas predominantes nas diferentes atividades. A partir desta proposição, o autor descreve, por meio de seu modelo de escolha ocupacional, como os trabalhadores organizam-se entre as oportunidades de emprego. Tal modelo é, posteriormente, formalizado por Borjas (1987). Este autor, por sua vez, estabelece as ligações entre migração, distribuição dos indivíduos na população e determinação dos rendimentos salariais e sugere que as habilidades médias dos migrantes dependem de características das regiões de origem e de destino.

Países caracterizados por relativa escassez de capital e altas taxas de retorno ao investimento no agente humano atraem indivíduos mais capacitados, uma vez que, para estes, a razão dos salários no destino em relação à origem pode ser maior. Verifica-se, nestas circunstâncias, a ocorrência de seleção positiva, ou seletividade favorável – a habilidade média dos migrantes é mais elevada. Por outro lado, países nos quais a distribuição de renda é, relativamente, igual e que, portanto, oferecem baixa rentabilidade às aplicações no agente humano são atrativos para indivíduos menos qualificados. Nestes casos, é para estes últimos que a proporção dos salários no destino em relação à origem pode ser maior e, assim sendo, a seletividade favorável é menos intensa – a habilidade média dos migrantes é menor. O modelo de Roy associado a decisões de migração e a hipótese de seleção positiva sugerem, então, que variações nas taxas de retorno do capital humano de um local para outro determinam a composição dos fluxos migratórios (BORJAS, 1987; CHISWICK, 2000; MACIEL; OLIVEIRA, 2011).

É válido ressaltar que o enfoque do capital humano, segundo Peixoto (2004), aceita as famílias e os domicílios, além dos indivíduos autônomos, como unidades responsáveis pelas decisões sobre migração. Becker (1975) argumenta que a distribuição dos investimentos ao longo da vida deve ser avaliada em um contexto familiar, respeitando-se as decisões de cada membro, bem como as interações entre eles. Tal progresso – com relação às teorias exibidas que colocam, no eixo central de suas discussões, o indivíduo independente apenas – faz-se presente, igualmente, na teoria denominada Nova Economia da Migração.

Esta é uma teoria que resulta de significativas transformações ocorridas na esfera da economia da migração do trabalho e na qual o ganho familiar líquido prepondera sobre o ganho pessoal, quando se trata de comportamentos migratórios. Analisa-se os deslocamentos como uma reação dos indivíduos ao sentimento de privação relativa, o qual consiste em uma função crescente da porcentagem de domicílios em melhor situação quanto à distribuição de renda. Assim sendo, as pessoas migram a fim de progredir dentro do mesmo grupo de referência, ou de alterá-lo favoravelmente (SANTOS et al., 2010; STARK; BLOOM, 1985).

A renda relativa sobrepõe-se, então, à renda absoluta na determinação dos deslocamentos. Contudo, Stark e Taylor (1989) advertem que eventuais ganhos de renda absoluta são passíveis de exercer expressivos efeitos sobre as decisões acerca de migração. Ademais, os autores ressaltam que, quando os rendimentos são bastante próximos, ou inferiores ao nível de subsistência, as apreensões sobre renda relativa deixam de ser relevantes, dando lugar a preocupações pautadas na mera sobrevivência. Nestas circunstâncias, a migração deixa de ser uma alternativa viável.

O fato de a migração estar associada à estrutura domiciliar possui algumas implicações. Em primeiro lugar, a família é capaz de diversificar a alocação de recursos a partir da mão de obra familiar, de tal forma que se situa em melhor posição para minimizar riscos ao bem-estar econômico e suavizar restrições decorrentes de falhas de mercado em geral. O deslocamento de um, ou de alguns membros pertencentes a uma família, face à permanência dos demais permite que todos fiquem em uma conjuntura mais confortável quando os ganhos do lugar de origem e do local de destino são, negativamente, correlacionados, ou independentes estatisticamente (BRZOZOWSKI, 2012; GUEDES; MARQUES, 2008; MASSEY et al., 1993).

Em segundo lugar, em razão de os deslocamentos estarem relacionados à unidade familiar, a probabilidade de ocorrência de migração é menor, uma vez que a decisão de um membro é motivada pelo cálculo de custos e retornos referentes a toda a família. Nesse sentido, os laços familiares tendem a restringir os movimentos migratórios e, por conseguinte, pessoas casadas tendem a migrar em menores proporções que pessoas solteiras (MACIEL; OLIVEIRA, 2011; MINCER, 1977; MUNIZ, s. d.).

Outras teorias avaliam o fenômeno migratório, preponderantemente, como decorrência de fatores conjunturais, históricos e estruturais referentes às esferas econômica, social, política, cultural e demográfica das regiões envolvidas.

A teoria histórico-estruturalista visualiza a migração como um processo de mobilização social condicionada, historicamente, pelo capitalismo e, portanto, pela industrialização e urbanização, que compreende a transição “tradicional-moderno” e que se caracteriza pela

desintegração da ordem social preexistente, bem como por uma eventual transformação estrutural. Segundo esta concepção, os fluxos migratórios dependem, fortemente, das características históricas e estruturais inerentes a cada processo de desenvolvimento econômico. Na medida em que arranjos institucionais criam condições favoráveis à industrialização em certos locais, em detrimento de outros, tem-se a intensificação das desigualdades regionais, as quais podem ser consideradas a causa principal dos deslocamentos (GERMANI, 1974; MUNIZ, s.d.; SANTOS et al., 2010; SINGER, 1980).

Em outras palavras, analisa-se a migração como uma transferência de atividades e pessoas de áreas atrasadas – nas quais atuam fatores de expulsão – para áreas em evolução – onde predominam fatores de atração. Contudo, o fato de a migração ser fundamentada em fatores de atração e de expulsão implica, segundo Germani (1974), em atribuir grande ênfase às motivações instrumentais, restringindo o processo migratório a um simples equilíbrio mecânico de forças impessoais externas, sem levar em consideração a complexidade da questão psicológica envolvida. O autor adverte que, para que se tenha uma apreensão delineada dos efeitos da migração, deve-se ponderar não, apenas, os fatores expulsivos e atrativos, mas, igualmente, as condições sociais, culturais e subjetivas em que tais elementos operam, tanto no que diz respeito ao lugar de origem quanto ao de destino. Busca-se, assim, apontar a relevância de posições psicológicas e normativas para o entendimento da atuação dos fatores objetivos.

Com relação à unidade de análise, a abordagem histórico-estruturalista assegura ser apreciável aceitar as estruturas de classes enquanto composições que definem os fluxos migratórios, suas motivações, orientações, volume e seletividade. Nota-se, ainda, que o estudo dos deslocamentos, segundo o ângulo de classes sociais, possibilita a investigação dos impactos destes sobre a configuração da sociedade na região de destino, bem como sobre as decisões políticas e econômicas (OLIVEIRA; STERN, 1980; SOARES, 2002). O enfoque histórico-estruturalista alude, superficialmente, à noção de que laços familiares, ou de procedência comum, são de suma relevância para a agregação do migrante à economia e à sociedade do local de acolhimento. Ademais, aponta-se, ainda, a validade da averiguação a respeito de organizações, tanto formais quanto informais, que atuam no sentido de conduzir os migrantes às esferas do mercado de trabalho passíveis de admiti-los (SINGER, 1980).

Esta visão, de que os migrantes podem, de alguma forma, ser direcionados aos setores do mercado de trabalho nos quais encontram chances de serem admitidos, faz-se presente, também, na aplicação da teoria do mercado de trabalho dual à migração internacional. Entende-se, a partir da associação entre a referida teoria e os movimentos migratórios entre países, que estes são motivados por uma demanda de trabalhadores para atividades e ocupações de menor

prestígio social que é inerente ao arcabouço econômico das sociedades industriais modernas (GUEDES; AGOSTINHO; MAXIMO, 2008; MASSEY et al., 1993).

Segundo Lima (1980), verifica-se, nessas economias, a estratificação do mercado em um setor primário e um secundário:

- Setor primário: é assinalado por oferecer treinamento aos funcionários, melhores remunerações e condições de trabalho, bem como por propiciar estabilidade e possibilidades de mobilidade na carreira;
- Setor secundário: caracteriza-se pela exigência de pouca qualificação, oferta de baixos salários, condições de trabalho precárias, elevada rotatividade e raras probabilidades de ascensão hierárquica.

Nas firmas inseridas no setor primário, podem existir mercados internos, os quais, para Doeringer e Piore (1971), parecem ser gerados por fatores não previstos na teoria econômica tradicional, tais como: a crescente especificidade das funções nas firmas; o processo de aprendizagem de uma atividade a partir de sua execução, necessário para obter as qualificações imprescindíveis a um desempenho satisfatório – *on-the-job-training* – e; a construção de leis consuetudinárias no interior das empresas. Estes mercados internos, em conjunto e em razão de suas características, constituem o setor primário do mercado de trabalho estratificado.

O primeiro fator não previsto na teoria econômica tradicional – especificidade de funções – refere-se à existência de treinamentos voltados para o desenvolvimento de habilidades específicas para a realização de tarefas pertinentes, unicamente, a uma determinada empresa. Esse tipo de capacitação recebida pelos trabalhadores, dificilmente, poderá ser utilizado em outras firmas, o que, por sua vez, reduz os estímulos para que estes invistam em tal formação, ao mesmo tempo em que aumenta os incentivos para que os empregadores o façam. Na medida em que estes últimos assumem os custos dos processos de treinamento e, também, de recrutamento e seleção – os quais são influenciados da mesma maneira pela especificidade das funções –, há uma motivação para que busquem reduzir a rotatividade em suas empresas, oferecendo, para isso, melhores condições de trabalho (DOERINGER; PIORE, 1971).

O segundo aspecto, alusivo ao processo de formação profissional – *on-the-job-training* –, sugere que a capacidade que um trabalhador possui de executar certas atividades em uma empresa está correlacionada ao tempo em que ele esteve ao redor dos demais trabalhadores, ou envolvido na rotina do local de trabalho. Acredita-se que cada indivíduo, na linha de progressão em uma firma, desenvolve as aptidões necessárias para o trabalho sucessivo ao qual se encontra e baseia-se nas habilidades exigidas no posto de trabalho inferior (DOERINGER; PIORE,

1971). Nesse sentido, o processo de on-the-job-training contribui para a redução de custos relativos a treinamento, recrutamento e seleção por parte dos empregadores e explica a existência de solidez e possibilidade de promoção ocupacional nos mercados de trabalho internos.

Por último, o terceiro elemento – leis consuetudinárias – decorre do caráter estável dos empregos no referido mercado e remete à formação de um conjunto de regras informais resultantes do contato regular e repetido entre os trabalhadores, que regem quaisquer aspectos das relações profissionais, bem como as ações de seus membros e o convívio entre estes e pessoas de fora do ambiente da empresa. Criam-se, assim, grupos sociais dentro dos mercados de trabalho internos, os quais facilitam o desenvolvimento de habilidades e hábitos necessários para o desempenho bem-sucedido de uma função. Ressalta-se, ainda, que essas leis consuetudinárias influenciam não apenas as normas do local de trabalho, mas, também, as regras que regem os salários e a alocação de mão de obra (DOERINGER; PIORE, 1971).

Segundo Cacciamali (1978), a estrutura dos mercados de trabalho internos delineada pelas características supracitadas reflete um ajuste alocativo. Para a autora, a alocação dos funcionários realizada por parte dos empregadores satisfaz tanto estes últimos – em razão da redução dos custos relativos à contratação e à capacitação de mão de obra – quanto os primeiros – devido às condições de trabalho favoráveis que encontram nos mercados em questão. De acordo com Casari (2012), esse ajuste alocativo resulta em segmentação, uma vez que distancia os demais trabalhadores dos mercados de trabalho internos. Em outras palavras, a parcela da força de trabalho que é regulada, apenas, pela oferta e demanda do mercado de trabalho e, portanto, não conta com nenhuma garantia de estabilidade e promoção ocupacional estaria designada a ocupar os mercados de trabalho externos às firmas, os quais formam o setor secundário do mercado de trabalho dual.

Quanto aos trabalhadores inseridos nesta segunda esfera econômica, ressalta-se que características pertinentes a este setor, como baixa renda e desprestígio social, fazem com que a população natural do país relute em ofertar sua mão de obra nessas condições, ainda que considere as atividades e as ocupações predominantes nesta parcela do mercado de trabalho indispensáveis. A resistência por parte da sociedade local é a razão pela qual se torna dispendioso e árduo o processo de atração de trabalhadores nativos pouco qualificados para o setor secundário durante temporadas de escassez de mão de obra. Nesse contexto, o migrante, que se desloca para localidades mais desenvolvidas do que sua região de origem, visualiza esses mercados como uma melhor oportunidade, ou uma alternativa mais favorável em relação àquelas que encontra em seu país e dispõe-se, então, a enfrentar as implicações dos ofícios

ofertados que, do ponto de vista dos nativos, são negativas quanto ao prestígio e status social. Assim, a demanda crônica por trabalhadores para o setor secundário é satisfeita a partir do recrutamento de migrantes, por parte dos empregadores das nações desenvolvidas, sejam eles públicos – o governo –, ou privados – empresas capitalistas (BRZOZOWSKI, 2012; FIGUEIREDO, 2005; SOARES, 2002; VILELA, 2008).

Nota-se, de acordo com esta perspectiva, uma complementaridade entre o trabalhador nativo e o migrante quanto ao preenchimento do mercado de trabalho (SASAKI; ASSIS, 2000). O enfoque da teoria do mercado dual, tal como a teoria histórico-estruturalista, acrescenta a influência de elementos externos aos aspectos motivadores dos deslocamentos de mão de obra. Em outras palavras, inclui-se a atuação de fatores econômicos, essencialmente, estruturais à percepção de que os fluxos migratórios internacionais resultam de vetores de forças individuais – os migrantes – e estão associados a diferenciais de salários e a decisões racionais por parte dos agentes econômicos.

Enfim, apresenta-se, a seguir, uma tabela com uma breve síntese dos aspectos econômicos motivadores dos movimentos migratórios de acordo com cada uma das teorias econômicas de migração abordadas:

Tabela 1 – Síntese das teorias econômicas de migração

Teorias	Aspectos econômicos motivadores da migração
Clássica	Diferencial de salários entre regiões.
Neoclássica	Diferencial de salários entre regiões, ponderado pela probabilidade de obtenção de um emprego.
Capital Humano	Diferencial de taxas de retorno do capital humano entre regiões.
Nova Economia da Migração	Diferencial de renda em relação a um grupo de referência na região de origem (sentimento de privação relativa).
Histórico-Estruturalista	Diferencial de progresso técnico entre áreas atrasadas e áreas em evolução (Transição "tradicional-moderno").
Mercado de Trabalho Dual	Diferencial de alocação de mão de obra nos setores primário e secundário do mercado de trabalho entre regiões.

Fonte: Elaboração própria

Diante da pluralidade das teorias econômicas de migração, bem como dos múltiplos enfoques abordados, corrobora-se a inexistência de uma única doutrina capaz de explicar os processos migratórios categoricamente. Não obstante, são inegáveis a importância e a contribuição de cada uma delas para a compreensão da migração em sua complexidade. Na realidade, uma visão complementa a outra de tal modo que o entendimento dos deslocamentos de mão de obra resulta de análises conjuntas das diversas teorias sobre o tema em questão.

2.3 Referencial empírico

A relação entre migração e mercado de trabalho é um tema recorrente de análises e pesquisas. Existem, especificamente, trabalhos que avaliam a conexão entre a condição de migrante e a segmentação ocupacional, com foco em diversos países e em diferentes dimensões do fenômeno migratório. Contudo, considerando o Brasil enquanto local de destino de imigrantes, não há, na literatura, grandes contribuições que analisem o referido assunto a partir de dados recentes. Alguns trabalhos sobre o tema em questão são apresentados a seguir.

Banerjee (1983) argumenta que não há testes conclusivos sobre o papel do setor informal do mercado de trabalho nos processos migratórios como uma área de transição para o setor formal e, então, examina a configuração deste primeiro, em Délhi, por meio de pesquisa por amostragem. As evidências empíricas apresentadas pelo estudo indicam que a hipótese de que os postos de trabalho oferecidos pelo setor informal configuram-se como ocupações temporárias não é realista para o caso de Délhi e, ainda, que o modelo de segmentação é válido, apenas, parcialmente. Os dados revelam que, de fato, os migrantes são atraídos por oportunidades do setor em questão, entretanto, identifica-se que a mobilidade real e potencial deste para o setor formal é baixa. Ademais, educação e experiência urbana são recompensadas pela mesma taxa em ambos os setores e o primeiro fator revela-se como um importante determinante para a mobilidade entre as esferas informal e formal.

Constant e Massey (2005) estudam o progresso das ocupações e dos ganhos dos imigrantes na Alemanha, comparando-os aos nativos. A fim de avaliar, separadamente, os efeitos da segmentação ocupacional e da discriminação sobre a atribuição de ocupações e sobre os salários, os autores dividem o processo de obtenção de ganhos em três etapas: realização profissional inicial; realização profissional final, após o acúmulo de experiência e; nível de ganhos final. Na análise, Constant e Massey (2005) utilizam dados do Painel Socioeconômico Alemão, os quais sugerem um elevado grau de segmentação inicial, no sentido de que os imigrantes apresentam maiores dificuldades para encontrar uma primeira ocupação que seja considerada boa. Ademais, observa-se que os mesmos sofrem discriminação no processo de formação de carreira, o que implica em reduzida mobilidade profissional e, por conseguinte, em um aumento da discrepância de status entre nativos e imigrantes. Ressalta-se, todavia, quanto à obtenção de resultados em decorrência de fatores como educação e experiência, que os imigrantes alcançam mobilidade de rendimentos significativa ao longo do tempo.

Alcobendas e Rodriguez-Planas (2009) advertem que a maior parte da literatura voltada para a assimilação dos imigrantes concentra-se em países que possuem longa tradição em

receber mão de obra externa e nos quais o mercado de trabalho é flexível. Assim sendo, buscando cobrir a lacuna de estudos sobre outros tipos de economias anfitriãs, os autores dedicam-se a analisar a Espanha, uma vez que, segundo eles, é um país com um “boom” de imigração sem precedentes e cujo mercado de trabalho dual é rígido. Para tal, são utilizados dados de um levantamento espanhol da força de trabalho referentes ao período de 2000 a 2008. Infere-se, com esse estudo, que os imigrantes apresentam maiores níveis de mobilidade ocupacional, o que decorre, em grande parte, do processo de assimilação que ocorre logo após sua chegada no país de destino. Ressalta-se, contudo, que as poucas evidências de convergência encontradas, especialmente, entre mulheres e indivíduos mais habilitados, indicam que, ao invés de serem integrados, os imigrantes são segregados ocupacionalmente. Este resultado, por fim, sugere que existe tanto substituíbilidade imperfeita quanto subutilização de capital humano dos imigrantes.

No que concerne, ainda, a economias anfitriãs com novas configurações de migração, pode-se destacar o Brasil e os trabalhos de Vilela (2008, 2011) e Vilela e Xavier (2011). Vilela (2008, 2011) avalia a inserção de argentinos, chineses, coreanos, uruguaios, bolivianos, paraguaios, chilenos e peruanos no mercado de trabalho brasileiro, comparando-os aos nativos migrantes e não migrantes, utilizando dados de uma sub-amostra do Censo Demográfico de 2000 e a partir de análises de regressões logística, Heckman e linear. No segundo trabalho, a autora utiliza, também, o Modelo de Decomposição de Oaxaca para identificar a discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Infere-se, com as análises, que a origem dos indivíduos interfere nos seus desempenhos, quanto ao status ocupacional e aos rendimentos obtidos, de modo positivo para alguns (asiáticos e argentinos, principalmente) e negativo para outros (sobretudo uruguaios, bolivianos e paraguaios em termos de ganhos salariais). Observa-se, por fim, no segundo estudo, que, quando o grupo de referência são os brasileiros migrantes, a discriminação negativa dos imigrantes aumenta e a positiva diminui.

Vilela e Xavier (2011) analisam a inserção de imigrantes internacionais em estratos ocupacionais intermediários no Brasil, comparando-os a brasileiros migrantes internos. Para tal, utilizam dados do Censo Demográfico de 2000 e um modelo de regressão logística multinomial. As autoras concluem que, em relação aos migrantes nativos, os imigrantes internacionais, em geral, possuem maiores chances de ocupar posições intermediárias de classe, sendo “autônomo” e “pequeno empregador” as ocupações que apresentam maior concentração destes últimos. Verifica-se, ainda, ao considerar a região de origem, que as probabilidades de inserção em estratos intermediários são desiguais. Ademais, destaca-se que o fato de os imigrantes pretenderem permanecer por mais tempo, permanecerem de fato, ou, até mesmo,

ficarem, definitivamente, no local de destino impacta de forma positiva sobre as chances de ocuparem as referidas posições (autônomo e pequeno empregador).

No que diz respeito ao fenômeno migratório em sua dimensão interna – enquanto deslocamento populacional entre regiões de um mesmo país – e à segmentação ocupacional, Fan (2001) avalia como a migração de mão de obra e as mudanças profissionais e setoriais na economia urbana moldam a evolução do mercado de trabalho nas cidades chinesas. O autor examina as variações na renda e nos benefícios entre residentes não migrantes, migrantes permanentes e migrantes temporários. Utilizam-se dados de uma pesquisa realizada em Guangzhou, um dos destinos mais populares de trabalhadores migrantes na China, segundo Fan (2001). Os resultados sugerem que as posições privilegiadas ocupadas pelos migrantes permanentes propiciam seu progresso contínuo no mercado de trabalho e que seus retornos são, notadamente, elevados em comparação aos retornos obtidos pelos migrantes temporários. Por fim, o autor defende a ideia de que os processos migratórios e de segmentação no mercado de trabalho estão, intrinsicamente, relacionados com a estrutura de recompensa deste último, a qual, por sua vez, é influenciada, fortemente, pelo status institucional controlado pelo Estado.

O autor supracitado analisa o referido assunto, novamente, em outro artigo no ano de 2002. Utilizam-se, além de informações quantitativas obtidas a partir do estudo realizado em Guangzhou, dados qualitativos de uma pesquisa realizada em Sichuan e Anhui em 1995. Fan (2002) conclui que a parcela dos migrantes permanentes constitui a elite privilegiada nas cidades chinesas, seguida pelos nativos e, enfim, pelos migrantes temporários. O autor ressalta que esse resultado sugere uma nova ordem social nos locais em questão e ratifica, com isso, a atuação do Estado nas economias em transição, como a China, no sentido de aprofundar os efeitos de segmentação sobre os quais está pautada a teoria do mercado de trabalho dual.

Chen (2011) utiliza dados coletados de 21 indústrias em Xangai, os quais indicam que os deslocamentos de mão de obra são heterogêneos quanto às origens, para comparar migrantes rurais, urbanos e trabalhadores locais da região em estudo. O autor ressalta que, pelo fato de avaliar os três referidos grupos, seu trabalho contribui, para a literatura, enquanto uma análise completa das desigualdades ocupacionais, as quais, segundo ele, refletem tanto as forças do mercado (recompensa por produtividade) quanto fatores institucionais (recompensa segundo o status residencial). Os resultados sugerem que existe tanto segmentação quanto competição no mercado de trabalho: os migrantes rurais exercem ocupações de baixa qualificação – o que, segundo o autor, confirma a existência de discriminação ocupacional contra estes –, enquanto os migrantes urbanos alcançam empregos gerenciais e exibem mobilidade profissional ascendente. Tal configuração indica a existência de concorrência entre estes últimos e os

residentes locais, a qual, por sua vez, pode ser explicada, de acordo com Chen (2011), pela transição da China de uma economia planificada para uma economia de mercado.

Branchi e Barretto (2010) analisam, para a Região Metropolitana de Campinas, como o mercado de trabalho pode impactar sobre a desigualdade de renda entre os trabalhadores migrantes. São utilizados dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000. A população economicamente ativa é dividida entre “não migrante”, “migrante intraestadual” e “migrante interestadual”, para que os perfis socioeconômicos sejam delimitados separadamente. As autoras realizam, então, uma apreciação estatística exploratória, relacionando estes perfis às diferenças encontradas nas distribuições de renda dos referidos grupos. Por fim, a partir de uma análise de regressão múltipla, avalia-se a receptividade do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Campinas ao trabalhador migrante e conclui-se que, ao contrário do que se verifica no início da década de 2000, este encontra melhores e mais promissoras condições de inserção.

Em um estudo realizado por Tyskowski et al (2015), procura-se verificar os fatores que interferem na diferença salarial existente no mercado de trabalho do estado de Santa Catarina, segundo o gênero e a condição de migração. São utilizados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2012, bem como equações de rendimento – conforme o procedimento de Heckman – e decomposição de Oaxaca-Blinder. Verifica-se, quanto ao hiato salarial por gênero, que mulheres migrantes recebem o equivalente a 72,87% do salário de homens migrantes e que esse percentual sobe para 84,16% no caso de mulheres não migrantes comparadas a homens não migrantes. No que diz respeito à análise segundo gênero, portanto, os resultados sugerem que existe maior valorização do sexo masculino. Quanto à condição de migração, nota-se que homens migrantes recebem salários superiores, relativamente, àqueles que são naturais do estado de Santa Catarina, mas o mesmo não se verifica para as mulheres, uma vez que estas, enquanto migrantes, recebem menos em relação às mulheres não migrantes.

Além das contribuições apresentadas acerca da relação entre migração e segmentação no mercado de trabalho, cabe destacar, também, dois recentes estudos que investigam o perfil do imigrante no Brasil. Oliveira (2013) oferece uma análise descritiva dos dados sobre migração internacional provenientes do Censo Demográfico do ano de 2010. O autor avalia tanto aspectos relativos à entrada quanto à saída de mão de obra e, nesse contexto, questiona a pertinência de se classificar o Brasil enquanto país de imigração, ou emigração. No que diz respeito ao fluxo de ingresso no país, no qual prevalecem os retornados, observa-se um perfil jovem, masculino, qualificado e concentrado nas idades ativas, o que sinaliza que a principal motivação da

migração é a busca por oportunidades no mercado de trabalho. Este apresenta-se, também, segundo o autor, como uma boa alternativa para a mão de obra estrangeira, uma vez que se verifica tendência de acentuado crescimento na solicitação de vistos para o trabalho por parte de imigrantes. No que diz respeito à designação do Brasil enquanto país de imigração, ou emigração, afirma-se que o volume de entrada de estrangeiros e saída de nativos não justificam, ainda, tais classificações.

Oliveira (2015), por sua vez, verifica o perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010. O autor apresenta a distribuição dos imigrantes – separados em “imigrantes de estoque” e “fluxos migratórios de última etapa” – segundo Unidades da Federação e países de nacionalidade, grupos de idade, cor e raça, estado civil, nível de instrução, condição de atividade e condição de ocupação, grupos ocupacionais, posição na ocupação, bem como de acordo com faixas de rendimento domiciliar per capita e faixas de horas semanais trabalhadas. Para os emigrantes internacionais, Oliveira (2015) exhibe as estatísticas segundo Unidades da Federação, países de destino e grupos de idade. Com relação aos imigrantes de estoque, os dados sugerem a predominância de homens, de uma estrutura etária envelhecida, da cor branca, de casados e de indivíduos sem instrução, ou com fundamental incompleto. Quanto aos fluxos migratórios de última etapa, observa-se, preponderantemente, um perfil com as seguintes características: sexo masculino, estrutura etária jovem, brancos, solteiros (a partir da década de 2000 principalmente) e sem instrução, ou com ensino fundamental incompleto. Ressalta-se, ainda, com relação a estes últimos, a admissão em grupos ocupacionais inferiores, bem como uma maior inserção no mercado de trabalho informal.

Nota-se, enfim, que a literatura, de fato, oferece diversos aspectos de análise acerca da relação entre processos migratórios – internacionais e internos – e segmentação no mercado de trabalho em distintas localidades. Entretanto, no que diz respeito ao Brasil, percebe-se que há, com efeito, uma carência de pesquisas que investiguem a predominância de segmentação entre brasileiros e estrangeiros a partir de dados recentes. O presente estudo busca, então, apresentar uma análise atual sobre o tema em questão, para o Brasil, contribuindo, assim, com a literatura já existente. A próxima seção aborda a estratégia econométrica utilizada.

2.4 Metodologia

O presente trabalho tem como base os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e agregados segundo as Unidades da Federação. Neste estudo, são utilizados os dados referentes ao país como um todo. A população estudada é composta por brasileiros nativos, pessoas naturalizadas brasileiras e estrangeiros, sendo a amostra restrita à População em Idade Ativa (10 a 65 anos).

Inicialmente, características dos trabalhadores e variáveis relacionadas à origem e ao destino destes são descritas. São elas:

- **Imigrante:** variável binária cujo valor é “1” para estrangeiros e “0” para brasileiros natos e naturalizados³;
- **Sexo:** variável binária cujo valor é “1” para homens e “0” para mulheres;
- **Cor:** variável binária que assume valor “1” para brancos – que inclui tanto brancos quanto amarelos – e “0” para não brancos – nos quais estão incluídos pretos, pardos e indígenas;
- **Idade:** variável medida em anos (varia de 10 a 65);
- **Chefe de domicílio:** variável binária que representa a posição do indivíduo no domicílio e cujo valor é “1” se o mesmo é a pessoa responsável pelo domicílio e “0” caso contrário;
- **Companhia de cônjuge:** variável binária que assume valor “1” quando o indivíduo declara que vive em companhia de cônjuge, ou companheiro e “0” caso contrário;
- **Escolaridade:** tem-se quatro variáveis categóricas usadas nas estatísticas descritivas – sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto e; superior completo. Na regressão é utilizada uma variável binária que assume valor “1” para os ensinos médio completo e superior incompleto e completo e “0” para sem instrução, ensino fundamental incompleto e completo e ensino médio incompleto.
- **Região metropolitana:** variável binária que assume valor “1” quando o domicílio localiza-se em região metropolitana e “0” caso contrário;
- **Região de origem:** tem-se seis variáveis categóricas – Europa, América do Norte e Central, América do Sul, África, Ásia e Oceania –, sendo que cada uma delas é representada por uma binária cujo valor “1” indica o determinado continente e “0” as demais;

³ Acredita-se que os indivíduos naturalizados brasileiros, em razão do tempo de permanência no país e de sua identificação com a nacionalidade brasileira, não sofram discriminação como os estrangeiros no mercado de trabalho. Por este motivo, o grupo em questão não é incluído entre os imigrantes.

- **IDH:** variável binária que representa a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país de origem do imigrante em relação ao Brasil, sendo igual a “1” quando este é superior ao brasileiro e igual a “0” caso contrário;
- **Região de destino:** tem-se cinco variáveis categóricas – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste –, sendo que cada uma delas é representada por uma binária – cujo valor “1” indica a determinada região e “0” as demais – e apenas quatro são inseridas nas análises. A variável correspondente à região Norte é mantida como referência;
- **Tempo no Brasil:** variável que indica, em anos, o tempo de permanência do imigrante no Brasil, desde que fixou residência no país;
Posteriormente, definem-se “estados de emprego”, que remetem à condição do indivíduo no mercado de trabalho. Estes são categorizados como:
 - **Inativo:** variável binária cujo valor é “1” para a população não economicamente ativa e “0” para a população economicamente ativa;
 - **Desempregado:** variável binária cujo valor é “1” para indivíduos desocupados e “0” para indivíduos ocupados;
 - **Ocupação Primária⁴:** variável que representa as ocupações nas quais verificam-se predominantemente: diretores e gerentes; profissionais das ciências e intelectuais; técnicos e profissionais de nível médio; trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca; artesãos; membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares e; trabalhadores qualificados/especializados em geral;
 - **Ocupação Secundária:** variável que representa as ocupações nas quais verificam-se majoritariamente: trabalhadores de apoio administrativo; trabalhadores dos serviços (pessoais, de proteção e segurança) e vendedores sem qualificação/especialização; pescadores e caçadores; operários da construção, das artes mecânicas e outros ofícios; operadores de instalações e máquinas e; demais ocupações elementares.

As estatísticas descritivas da amostra são, então, apresentadas. Observa-se, em primeiro lugar, aspectos como regiões de origem e de destino dos imigrantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das primeiras e tempo de permanência destes no Brasil. Posteriormente, exibem-se os dados relativos às características socioeconômicas – sexo, cor, idade, chefe de domicílio, companhia de cônjuge, escolaridade e região metropolitana – dos estrangeiros e dos

⁴ As ocupações classificadas como primárias são apresentadas no apêndice deste trabalho. As demais ocupações são consideradas secundárias.

brasileiros, comparando-os. Por fim, são exibidas, graficamente, as distribuições de ambos os grupos segundo os estados de emprego.

Em seguida, expõem-se as análises realizadas para averiguar a existência de segmentação entre brasileiros e imigrantes no mercado de trabalho no Brasil, o que consiste no objetivo geral deste capítulo. Procura-se verificar como as probabilidades de os indivíduos estarem inativos, desempregados, ou empregados em uma ocupação primária, ou secundária variam entre os dois grupos supracitados. Para tal, tendo em vista que não existe nenhum tipo de ordenamento entre as opções, aplica-se o modelo logit multinomial.

Com relação ao referido modelo e de acordo com Greene (2002), a probabilidade do indivíduo i escolher a alternativa j é dada por:

$$\Pr(A_i = j | x_i) = \frac{\exp(\beta'_j x_i)}{1 + \sum_{k=1}^J \exp(\beta'_k x_i)} \text{ para } j = 0, 2, \dots, J \text{ e } \beta_0 = 0 \quad (\text{Equação 1})$$

em que A é a alternativa escolhida pelos indivíduos entre as J possíveis, β é o vetor de parâmetros e x é o vetor de variáveis. Neste estudo, são incluídas na regressão as seguintes variáveis: imigrante, sexo, cor, idade, idade², chefe de domicílio, variável binária de escolaridade, região metropolitana e as variáveis categóricas Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste.

Ainda segundo Greene (2002), os coeficientes, no modelo em questão, são difíceis de interpretar, de modo que, diferenciando a equação acima, obtém-se os efeitos marginais, os quais são dados pela expressão:

$$\frac{\partial \Pr(A=j)}{\partial x_i} = \Pr(A = j) [\beta_j - \sum_{k=0}^J \Pr(A = k) \beta_k] \quad (\text{Equação 2})$$

São analisados, separadamente, os efeitos marginais da condição de imigrante sobre cada variável dependente: inativo, desempregado, ocupação primária e ocupação secundária.

Quanto à utilização do modelo logit multinomial, alguns estudiosos destacam a importância de se testar se o mesmo satisfaz, efetivamente, a hipótese assumida de independência das alternativas irrelevantes (IIA). Segundo esta, a probabilidade relativa entre quaisquer duas alternativas deve ser independente dos atributos, ou da disponibilidade de uma terceira alternativa. Em outras palavras, os resultados do modelo não podem ser alterados, significativamente, devido ao acréscimo, ou à exclusão de possibilidades. Para averiguar o atendimento a tal propriedade, pode-se utilizar o teste de especificação de Hausman, que consiste na eliminação de uma ou mais alternativas, de modo que se possa estimar os parâmetros para os conjuntos de escolha completo e restrito e examinar se os resultados encontrados são

próximos, ou não. Em caso positivo, não se rejeita a especificação do modelo (HAUSMAN; McFADDEN, 1984).

Em contrapartida à recomendação de que se deve confirmar se o modelo logit multinomial atende, de fato, à hipótese de independência das alternativas irrelevantes (IIA), existem, na literatura, trabalhos que afirmam que os testes realizados para averiguar a violação desta apresentam propriedades pobres e, portanto, não são conclusivos. Long e Freese (2006), por exemplo, verificam que os referidos testes exibem resultados inconsistentes e desencorajam a utilização destes para analisar o descumprimento do pressuposto em questão. Cheng e Long (2007) avaliam os testes de independência das alternativas irrelevantes mais comuns por meio de simulações de Monte Carlo e inferem que aqueles que se baseiam na estimação de um conjunto de escolhas restritas são insatisfatórios. Kropko (2008), por sua vez, alega que, quase sempre, o modelo logit multinomial fornece resultados mais precisos do que o modelo probit multinomial (modelo aplicado, também, para analisar variáveis categóricas desordenadas, mas que não assume independência das alternativas irrelevantes), mesmo quando a referida hipótese é, severamente, violada.

Dessa forma, prossegue-se a análise com o modelo logit multinomial. A próxima seção apresenta os resultados encontrados.

2.5 Resultados

Nesta seção, são apresentadas, inicialmente, as estatísticas descritivas dos estrangeiros e dos brasileiros. Em seguida, é realizada a análise dos efeitos marginais da condição de imigrante sobre as probabilidades de os indivíduos serem inativos, estarem desempregados e encontrarem-se inseridos em uma ocupação primária, ou secundária no mercado de trabalho no Brasil.

2.5.1 Análise descritiva

No que diz respeito à análise descritiva dos dados referentes à amostra de 15.960.791 observações, composta tanto por brasileiros nativos e naturalizados quanto por estrangeiros, nota-se que estes últimos compõem 0,13% da população em questão, ou o equivalente a 20.055 observações.

Com relação à origem dos imigrantes, apresenta-se, no gráfico 1, a distribuição destes segundo os continentes dos quais migraram.

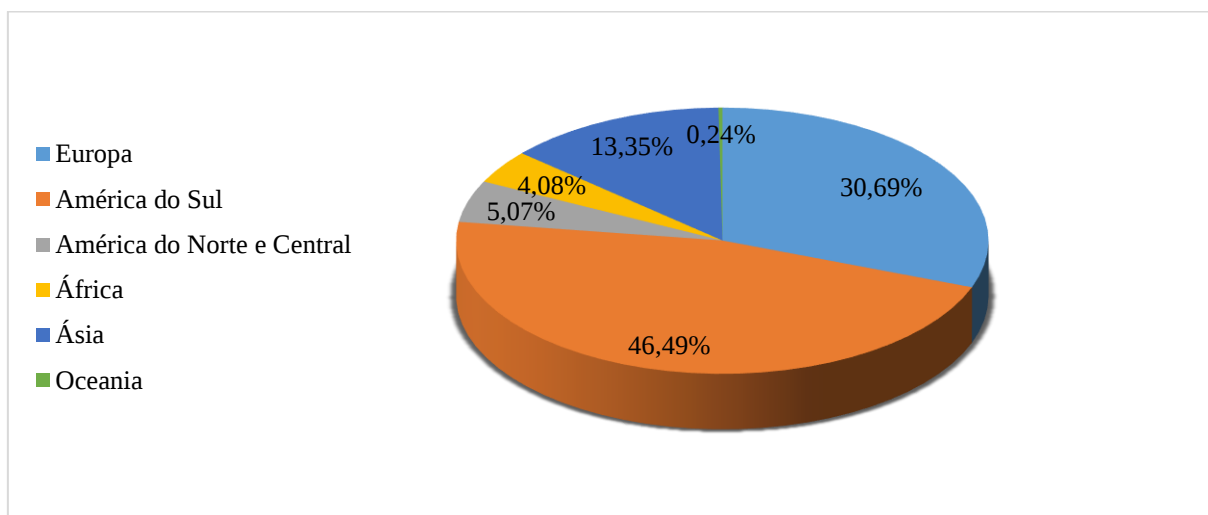


Gráfico 1 – Distribuição dos imigrantes segundo os continentes de origem

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Nota-se que os estrangeiros originam-se, preponderantemente, da América do Sul (46,49%) e, em seguida, da Europa (30,69%) e da Ásia (13,35%). Apenas 5,07% e 4,08% dos imigrantes são originários da América do Norte e Central e da África respectivamente. A Oceania é o continente que apresenta o menor percentual de estrangeiros que migram para o Brasil, sendo este igual a 0,24%.

A variável associada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países de origem dos imigrantes – que compara o índice obtido nestes ao índice obtido no Brasil – revela que 67,21% dos estrangeiros saem de países nos quais o IDH é superior ao brasileiro. Este dado mostra que, provavelmente, a maioria dos imigrantes que se desloca para o Brasil não é proveniente de países que, atualmente, sofrem com catástrofes, como guerras e perseguições.

Quanto aos destinos dos imigrantes, estes são apresentados, segundo as regiões do Brasil, no gráfico 2.

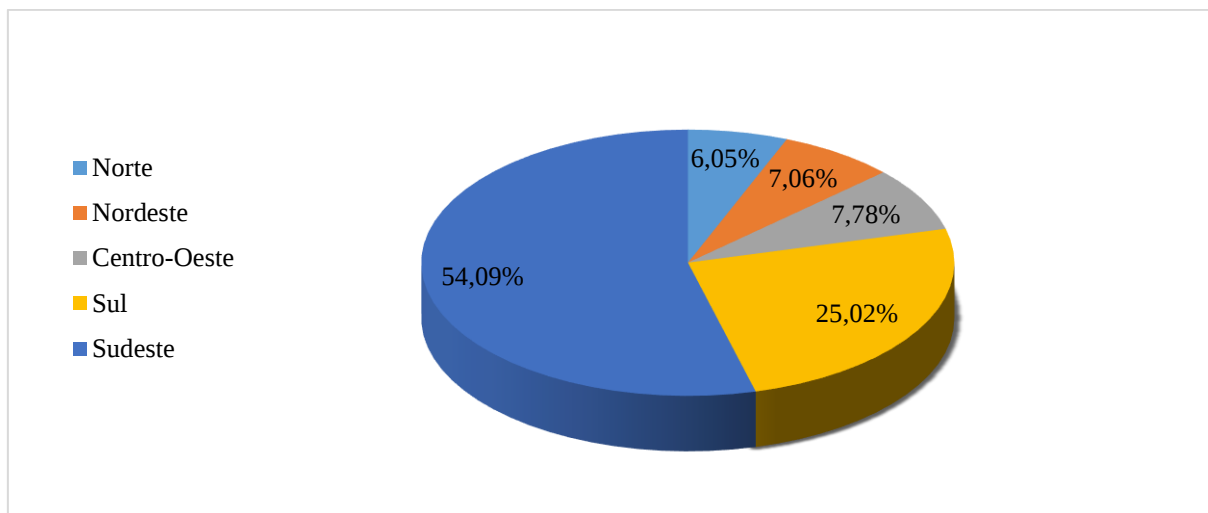


Gráfico 2 – Distribuição dos imigrantes segundo as regiões de destino no Brasil

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Percebe-se que os estrangeiros dirigem-se, prioritariamente, para as regiões Sudeste (54,09%) e Sul (25,02%). As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte são as escolhas de 7,78%, 7,06% e 6,05% dos imigrantes respectivamente. Esta configuração indica que os indivíduos migram em maior número para as localidades, economicamente, mais desenvolvidas do país.

O tempo de permanência dos estrangeiros no Brasil, a contar do período em que fixaram residência no país, é, em média, 20 anos.

A seguir, exibem-se as estatísticas relativas às características socioeconômicas dos imigrantes e apresenta-se um comparativo entre estes e os brasileiros.

Os dados indicam que, entre os estrangeiros, a maioria é homem (56,71%) e de cor branca ou amarela (76,73%). Os percentuais referentes aos indivíduos que são chefes de domicílio, que vivem em companhia de cônjuge e que residem em região metropolitana são dados por 43,41%, 63,29% e 58,34% respectivamente. A idade média dos imigrantes é 41 anos.

Quanto aos brasileiros, as estatísticas revelam que 49,78% da população é composta por homens e 47,65% são brancos ou amarelos. No que se refere à caracterização dos indivíduos enquanto responsáveis pelo domicílio, que vivem em companhia de cônjuge e que residem em região metropolitana, os percentuais são dados por 32,79%, 50,74% e 33,46% respectivamente. A idade média dos brasileiros, considerando os nativos e naturalizados, é 32 anos.

Observa-se que as frações relativas a todas as características supracitadas são maiores para o grupo de imigrantes. O fato de haver mais homens entre os estrangeiros pode ser explicado por meio de teorias da economia comportamental que sugerem que estes são menos avessos ao risco em relação às mulheres. A notória presença de brancos e amarelos entre os

imigrantes pode estar associada à expressividade dos continentes europeu e asiático enquanto regiões de origem destes.

No que diz respeito aos indivíduos que vivem em companhia de cônjuge, embora a teoria da nova economia da migração sugira que estes são menos propensos a migrar, eles constituem maioria entre os estrangeiros no Brasil. Tal estatística pode estar relacionada à percepção dos imigrantes de valorizar a união, ou o casamento como uma forma de manter laços sociais, tendo em vista que já estão distantes da família.

Por fim, a preferência dos estrangeiros por regiões metropolitanas pode ser esclarecida a partir da concepção de que as cidades, nestas localidades, englobam diferentes culturas e, nesse sentido, podem parecer mais receptivas aos imigrantes.

Com relação às distribuições dos imigrantes e dos brasileiros segundo os níveis de escolaridade, estas são exibidas no gráfico 3.

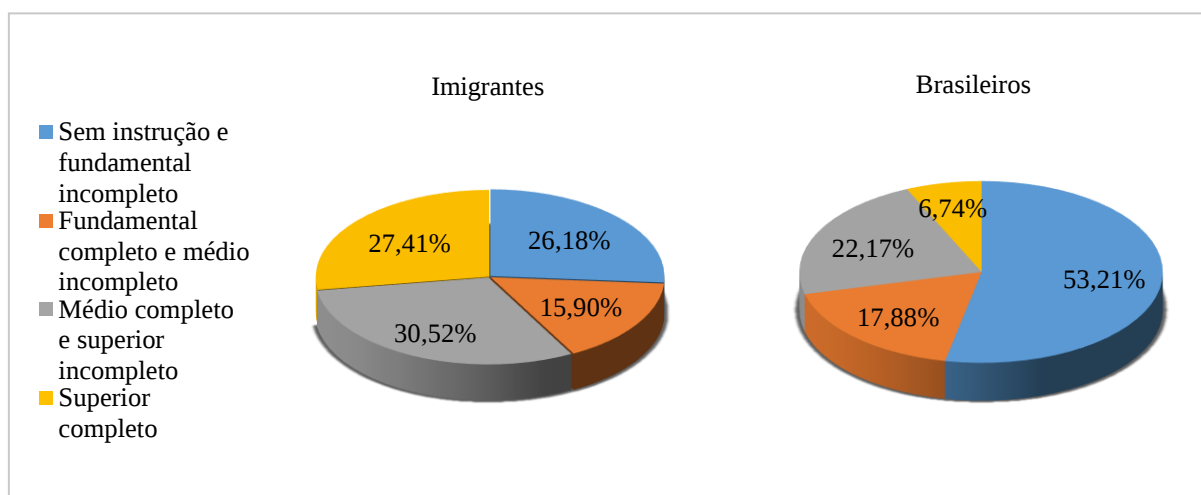


Gráfico 3 – Distribuição dos imigrantes e dos brasileiros segundo os níveis de escolaridade
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Nota-se que 30,52% dos estrangeiros no Brasil possuem ensino médio completo ou superior incompleto; 27,41% possuem ensino superior completo; 26,18% não têm instrução ou possuem ensino fundamental incompleto e; 15,90% possuem ensino fundamental completo ou médio incompleto. Quanto aos brasileiros, nota-se que 53,21% não têm instrução ou possuem ensino fundamental incompleto; 22,17% possuem ensino médio completo ou superior incompleto; 17,88% possuem ensino fundamental completo ou médio incompleto e; 6,74%, apenas, possuem ensino superior completo.

Constata-se que a frequência de indivíduos com maior nível de instrução é mais expressiva entre os imigrantes. Sendo o Brasil um país no qual se observa relativa escassez de

capital – e que, portanto, oferece altas taxas de retorno ao capital humano – e considerando, também, que os estrangeiros são provenientes, em sua maioria, de países com IDH superior ao brasileiro – nos quais a distribuição de renda é menos desigual –, pode-se dizer que tal configuração quanto à escolaridade dos mesmos encontra respaldo na teoria do capital humano. Segundo esta, indivíduos mais qualificados possuem incentivos para migrar para países com características semelhantes às supracitadas para o Brasil, uma vez que a razão dos salários no destino em relação à origem pode ser maior.

Enfim, apresenta-se, no gráfico 4, as distribuições dos imigrantes e dos brasileiros segundo os estados de emprego no Brasil.

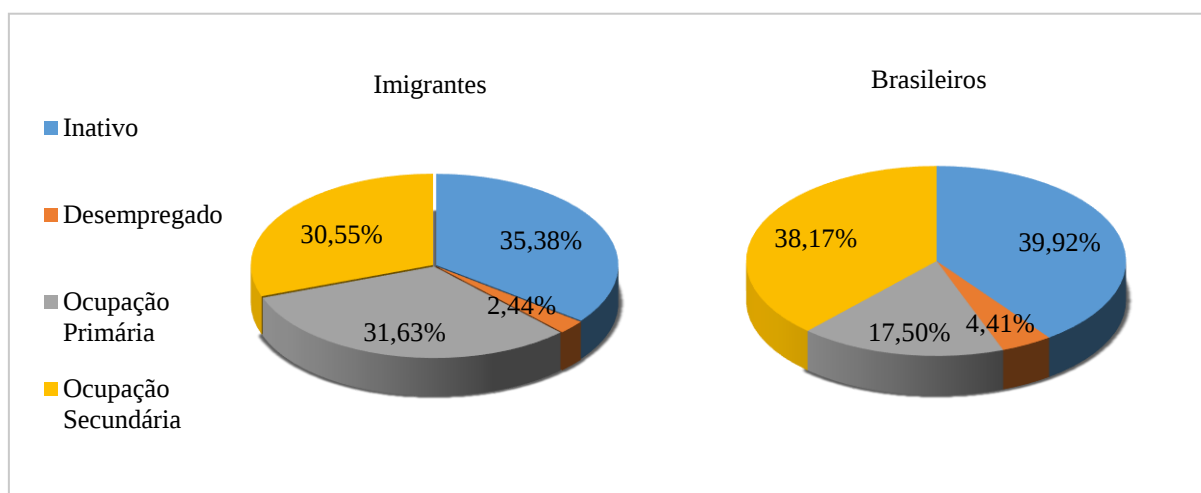


Gráfico 4 – Distribuição dos imigrantes e dos brasileiros segundo os estados de emprego

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Verifica-se que 35,38% dos imigrantes no Brasil compõem a População Não Economicamente Ativa, ou seja, não são classificados nem como empregados, nem como desempregados, pois nem trabalham, nem procuram emprego. Entre os brasileiros, essa parcela é um pouco maior e corresponde a 39,92% da população. No que se refere ao percentual referente à condição de desempregado, o mesmo é de 2,44% entre os estrangeiros e de 4,41% entre os brasileiros natos e naturalizados.

Quanto à condição de ocupação, observa-se que os estrangeiros dividem-se, de maneira equilibrada, entre as ocupações primárias (31,63%) e secundárias (30,55%), sendo a primeira parcela, ligeiramente, maior. Já os brasileiros encontram-se divididos de forma mais desigual entre as referidas ocupações, sendo as frações correspondentes iguais a 17,50% e 38,17% respectivamente.

Os dados indicam que a situação dos estrangeiros no mercado de trabalho no Brasil é, de certa forma, favorável, tendo em vista que, em relação aos próprios brasileiros, os mesmos exibem melhores estatísticas de inserção e de ocupação em atividades consideradas primárias, ou seja, caracterizadas por boas remunerações e condições de trabalho. Este cenário, pelo menos a princípio, descarta as alegações da teoria do mercado de trabalho dual no contexto da imigração no Brasil, uma vez que a mesma argumenta que os indivíduos dirigem-se para outros países a fim de atender a uma demanda por mão de obra existente no mercado de trabalho secundário.

Os resultados econométricos são apresentados a seguir.

2.5.2 Resultados econométricos

No que diz respeito aos resultados econométricos, a tabela 2, abaixo, exhibe os efeitos marginais das variáveis relacionadas às características socioeconômicas e à condição de imigrante sobre inatividade, desemprego, e probabilidade de inserção em ocupações primárias e secundárias⁵.

⁵ Os coeficientes das regressões são apresentados no apêndice deste trabalho.

Tabela 2 – Efeitos marginais e erros padrão do logit multinomial

Variáveis	Inativo		Desempregado		Ocupação Primária		Ocupação Secundária	
	Efeito Marginal (Erro Padrão)		Efeito Marginal (Erro Padrão)		Efeito Marginal (Erro Padrão)		Efeito Marginal (Erro Padrão)	
Imigrante	0,0779 (0,0044)	***	-0,0127 (0,0015)	***	0,0427 (0,0003)	***	-0,1079 (0,0036)	***
Sexo	-0,2506 (0,0002)	***	-0,0113 (0,0001)	***	0,0741 (0,0002)	***	0,1878 (0,0003)	***
Cor	-0,0085 (0,0003)	***	-0,0092 (0,0001)	***	0,0347 (0,0002)	***	-0,0170 (0,0003)	***
Idade	-0,0759 (0,0001)	***	0,0028 (0,0000)	***	0,0200 (0,0000)	***	0,0531 (0,0001)	***
Idade ²	0,0010 (0,0000)	***	-0,0001 (0,0000)	***	-0,0002 (0,0000)	***	-0,0007 (0,0000)	***
Chefe de domicílio	-0,1282 (0,0003)	***	-0,0042 (0,0001)	***	0,0366 (0,0002)	***	0,0958 (0,0003)	***
Escolaridade	-0,2186 (0,0003)	***	0,0043 (0,0001)	***	0,1772 (0,0003)	***	0,0370 (0,0003)	***
Região metropolitana	0,0077 (0,0003)	***	0,0124 (0,0001)	***	-0,0455 (0,0002)	***	0,0254 (0,0003)	***
Sudeste	-0,0219 (0,0013)	***	0,0038 (0,0005)	***	-0,0217 (0,0003)	***	0,0397 (0,0013)	***
Sul	-0,0897 (0,0004)	***	-0,0162 (0,0001)	***	0,0593 (0,0003)	***	0,0466 (0,0004)	***
Centro-Oeste	-0,0254 (0,00057)	***	-0,0061 (0,0002)	***	0,0224 (0,0004)	***	0,0091 (0,0005)	***
Nordeste	0,0638 (0,0004)	***	0,0021 (0,0001)	***	0,0259 (0,0003)	***	-0,0918 (0,0003)	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

*** significante no nível de 1%; **significante no nível de 5%; *significante no nível de 10%

Número de observações: 15.867.626

Os resultados mostram que as probabilidades estimadas para a amostra são: 38,23% para a inatividade; 4,52% para o desemprego; 16,26% para a ocupação primária e; 40,98% para a ocupação secundária. Avaliam-se, então, os efeitos marginais estimados das variáveis consideradas na regressão – quanto à significância, sentido e magnitude – sobre cada uma dessas possibilidades. Percebe-se que todas as variáveis apresentam efeitos marginais significativos ao nível de 1% para os quatro estados de emprego em análise.

No que concerne às variáveis de controle, observa-se, em primeiro lugar, que sexo, cor e chefe de domicílio exibem, em geral, efeitos esperados. O fato de o indivíduo ser homem reduz suas chances de ser inativo e, também, de estar desempregado, ao passo que aumenta sua chance de estar ocupado, sobretudo, em atividades secundárias. Ademais, as probabilidades de inatividade, de desemprego e de inserção em ocupações secundárias são menores para indivíduos brancos ou amarelos. Por fim, aqueles que são responsáveis pelo domicílio exibem

menores chances de serem inativos e de estarem desempregados, bem como maior chance de estarem ocupados.

Em segundo lugar, destacam-se alguns impactos das variáveis idade, escolaridade e região metropolitana. Verifica-se que a probabilidade de inatividade é reduzida em 7,59 pontos percentuais e que a probabilidade de desemprego é aumentada em 0,28 pontos percentuais à medida que a idade aumenta. O efeito desta variável sobre o primeiro estado de emprego pode estar relacionado ao fato de que jovens costumam ser mais inativos que pessoas mais velhas que ainda não atingiram a idade para se aposentarem. Quanto à influência da variável em questão no desemprego, esta pode refletir uma preferência, por parte dos empregadores, por trabalhadores em idade menos avançada no mercado de trabalho.

Em relação ao nível de escolaridade, destaca-se que indivíduos com mais anos de estudo, ou que possuem a partir do ensino médio completo exibem a probabilidade de estarem inseridos em ocupações primárias aumentada em 17,72 pontos percentuais. Ademais, observa-se que a probabilidade de estes estarem desempregados é maior em 0,43 pontos percentuais. Este último efeito pode ser justificado a partir do ponto de vista de que pessoas mais qualificadas são mais exigentes quanto às condições e aos postos de trabalho ofertados e, por isso, apresentam maiores chances de não encontrar um emprego satisfatório e de permanecer à procura de um. Nota-se, ainda, que os indivíduos com maior nível de instrução possuem 3,70 pontos percentuais a mais de chance de se inserirem em ocupações secundárias, o que pode ser um reflexo de uma parcela destes que desiste de buscar oportunidades melhores e acaba aceitando ofertas de emprego no setor secundário do mercado de trabalho.

Por fim, observa-se que o fato de uma pessoa residir em uma região metropolitana aumenta em 0,77 pontos percentuais a probabilidade de inatividade e reduz em 4,55 pontos percentuais a chance que a mesma possui de se empregar em ocupações primárias. O impacto da variável região metropolitana sobre o primeiro estado de emprego pode estar associado à predominância, nestas localidades, de um menor índice de trabalho infantil e maior quantidade de aposentados oriundos de empregos formais que, possivelmente, não precisam trabalhar para complementar sua renda. Quanto ao efeito da referida variável sobre a probabilidade de inserção em ocupações primárias, o mesmo pode ser explicado pelo fato de que há, proporcionalmente, mais ocupações secundárias em regiões metropolitanas.

Na análise das regiões do Brasil, percebe-se que, em relação ao Norte e com exceção do Nordeste, as demais regiões impactam, negativamente, na probabilidade de inatividade de seus residentes, ou seja, estes apresentam menores chances de serem inativos. Além disso, se comparados aos indivíduos que se situam no Norte, aqueles que moram no Sudeste e no

Nordeste exibem maiores probabilidades de desemprego, ao passo que os residentes do Sul e do Centro-Oeste possuem menores chances de estarem desempregados. Tendo como referência, ainda, a região Norte, os indivíduos que se situam no Sudeste são os únicos que apresentam redução na probabilidade de inserção em uma ocupação primária e aqueles que moram no Nordeste, apenas, possuem menores chances de ingressar em ocupações secundárias.

Enfim, com relação à condição de imigração no mercado de trabalho brasileiro, constata-se que o fato de o indivíduo ser imigrante aumenta em 7,79 pontos percentuais a probabilidade de inatividade; reduz em 1,27 pontos percentuais a chance de desemprego; aumenta em 4,27 pontos percentuais a probabilidade de inserção em ocupações primárias e; reduz em 10,79 pontos percentuais a chance de ingresso em ocupações secundárias.

A influência da dummy de imigrante na inatividade diverge do que é exposto pelas estatísticas descritivas, o que pode ser um indicativo da importância das variáveis de controle, na regressão, para evidenciar o efeito isolado da condição de imigração sobre a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro. O impacto em questão pode ser um reflexo de que as motivações que levam os imigrantes a vir para o Brasil não estão, unicamente, relacionadas ao fator trabalho. Em outras palavras, pode-se pensar que há estrangeiros que migram para o referido país já aposentados, sem a intenção de ingressar no mercado de trabalho. Ademais, o efeito em discussão pode, também, ser um indício da presença de decisões de trabalho familiar entre os imigrantes: um dos cônjuges opta por não trabalhar e decide dedicar-se ao trabalho doméstico e à criação dos filhos, já que o outro sustenta o domicílio financeiramente.

Os demais efeitos da dummy de imigrante coincidem com a realidade evidenciada pelas estatísticas descritivas. No que diz respeito, particularmente, aos impactos da condição de imigração sobre os dois últimos estados de emprego – ocupação primária e ocupação secundária –, os mesmos divergem do que é proposto pela teoria do mercado de trabalho dual. Esta, quando aplicada à migração internacional, sugere que os imigrantes são preteridos no mercado de trabalho e atendem a uma demanda por mão de obra existente nos setores secundários, o que não é corroborado para o caso brasileiro. Assim sendo, reitera-se a ideia, agora confirmada, de que não há, no Brasil, segmentação no mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros.

Diante dos impactos da condição de imigração – positivo sobre a chance de acesso a ocupações primárias e negativo sobre a probabilidade de admissão em ocupações secundárias – em discussão, bem como do perfil dos estrangeiros quanto à escolaridade – a maioria exibe maiores níveis de instrução e, portanto, é qualificada –, acredita-se que as proposições da teoria do capital humano são mais apropriadas para justificar a colocação destes no mercado de

trabalho brasileiro. Segundo esta, indivíduos mais capacitados visualizam melhores oportunidades de ganhos salariais em países que apresentam relativa escassez de capital e que, por conseguinte, oferecem altas taxas de retorno ao capital humano. Posto que o Brasil possui tais características, pode-se inferir, então, que a teoria do capital humano é coerente com a realidade dos imigrantes no país em análise.

Adverte-se, todavia, que o modelo em questão não capta aspectos sociais e psicológicos envolvidos na tomada de decisão dos indivíduos, o que consiste em uma limitação inerente aos estudos estatísticos. Neste contexto, ressalta-se a importância do próximo capítulo deste trabalho, no sentido de que o mesmo busca avaliar o impacto da linguagem, enquanto um fator sociocultural, sobre o comportamento dos agentes.

2.6 Conclusão

A partir da análise dos dados e das conexões estabelecidas entre estes e as teorias econômicas de migração, atende-se aos fins propostos neste trabalho. Em primeiro lugar, as estatísticas descritivas apontam o perfil do imigrante no Brasil, sendo este, inclusive, comparado ao perfil predominante entre os brasileiros natos e naturalizados. Em segundo lugar, por meio do modelo logit multinomial, apura-se o impacto da condição de imigrante sobre a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho no referido país, sendo avaliados a significância, o sentido e a magnitude deste.

No que diz respeito às características socioeconômicas dos estrangeiros, verifica-se que a maioria exibe o seguinte perfil: sexo masculino; cor branca ou amarela; não é chefe de domicílio; vive em companhia de cônjuge; reside em região metropolitana; possui, em média, 41 anos e; possui ensino médio completo, superior incompleto ou superior completo. Constatase, ainda, que os estrangeiros são originários, principalmente, da América do Sul e dirigem-se, majoritariamente, para a região Sudeste do Brasil. Com relação à influência da condição de imigração na colocação dos imigrantes no mercado de trabalho, nota-se que esta exerce impacto significativo sobre todos os estados de emprego em análise – inatividade, desemprego, ocupação primária e ocupação secundária. Infere-se que o fato de o indivíduo ser imigrante aumenta as probabilidades de inatividade e de ingresso em ocupações primárias, ao passo que reduz as chances de desemprego e de inserção em ocupações secundárias.

Estes resultados esclarecem que percepções sobre a dualidade do mercado de trabalho são inadequadas no caso da imigração no Brasil, ao mesmo tempo em que asseguram a utilidade

da teoria do capital humano para explicar as configurações relativas à realidade dos estrangeiros no referido país quanto ao fator trabalho. Em outras palavras, conclui-se, a partir das análises realizadas, que não existe segmentação entre brasileiros – natos e naturalizados – e estrangeiros no mercado de trabalho no país em questão e que, ao contrário disso, estes últimos, sendo indivíduos qualificados, encontram boas condições de inserção nesta sociedade hospedeira. Assim sendo, pode-se dizer que o Brasil é, para a maioria dos imigrantes, um país receptivo e acolhedor no que se refere à integração destes ao mercado de trabalho.

Não obstante a complexidade do tema migração, espera-se que o presente estudo possa contribuir com a literatura referente a este assunto, particularmente, no cenário brasileiro e em sua dimensão internacional, em alguns pontos. Além de amenizar a carência de pesquisas voltadas à investigação da realidade dos imigrantes no Brasil – no que concerne à assimilação de mão de obra estrangeira – a partir de dados recentes, acredita-se que as análises e os resultados apresentados possam colaborar no sentido de reforçar a imagem do país enquanto destino acolhedor de imigrantes – sobretudo qualificados – e, assim, apoiar a elaboração de políticas públicas brasileiras voltadas à migração internacional da força de trabalho.

3 O IMPACTO DA LÍNGUA MATERNA NA INSERÇÃO DOS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

3.1 Introdução

A economia da linguagem é um campo interdisciplinar de pesquisa fundamentada na economia, mas voltada a questões linguísticas. Em outras palavras, este ramo de estudo compreende os levantamentos, baseados em critérios econômicos, dos determinantes e das implicações de fatores linguísticos. A economia da linguagem segue algumas linhas de análise principais. A mais antiga delas é direcionada, principalmente, à investigação dos efeitos de aptidões linguísticas sobre os rendimentos do trabalho (GRIN, 2006).

Esta questão é, comumente, examinada no contexto migratório. Chiswick (2008) e Chiswick e Miller (2014), por exemplo, avaliam as razões e as consequências da proficiência de migrantes internacionais na língua do local de destino, com ênfase nos resultados do mercado de trabalho e em rendimentos particulares. Os referidos autores inferem que os ganhos são superiores para aqueles que possuem mais habilidades no que concerne à língua da região de acolhimento e que estes apresentam, também, maior êxito no ajustamento ao mercado de trabalho. Quanto às competências linguísticas em idiomas diversos, sugere-se, para efeito de análise no presente trabalho, que estas podem estar, diretamente, relacionadas à proximidade destes da língua materna de um indivíduo.

Uma outra vertente de pesquisa da economia da linguagem possui como foco a função que as línguas desempenham em atividades econômicas essenciais, como produção, consumo e troca (GRIN, 2006). No que diz respeito a este assunto, análises vinculadas a processos migratórios podem, também, ser evidenciadas. Em primeiro lugar, destacam-se trabalhos que avaliam a relação entre o idioma e o comportamento econômico de indivíduos sob a perspectiva da identidade de gênero, como Gay et al (2015) e Hicks, Santacreu-Vasut e Shoham (2015). Ambos constatarem, a partir de amostras de imigrantes, que as línguas cujas estruturas gramaticais exibem distinção explícita entre masculino e feminino acentuam a desigualdade de gênero entre os falantes e, portanto, impactam, de forma negativa, no engajamento econômico das mulheres no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, ainda no que concerne ao papel das línguas em atividades econômicas primordiais, ressalta-se um objeto de estudo, relativamente, novo no domínio da economia da linguagem que, também, pode ser explorado no âmbito da migração. Em um

recente trabalho, Chen (2013) observa que os idiomas, na medida em que diferem quanto à codificação do tempo verbal, influenciam de forma distinta o comportamento das pessoas no que se refere a escolhas intertemporais. A partir de evidências relativas a taxas de poupança, comportamentos de saúde e aposentadoria, o autor demonstra que as línguas que separam os tempos verbais, em relação àquelas que não o fazem, induzem os indivíduos a apresentarem uma conduta menos orientada para o futuro.

No presente trabalho, almeja-se abordar os aspectos supracitados – competência/proximidade linguística, menção aos gêneros nas linguagens e estrutura gramatical de referência ao futuro – no contexto da imigração no Brasil, relacionando-os ao ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho no referido país. Para tal, definem-se hipóteses para cada um dos elementos mencionados. Acredita-se, em primeiro lugar, que indivíduos que falam idiomas pertencentes à mesma família da língua da região para a qual se dirigem possuem mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho no destino. Ademais, propõe-se que mulheres imigrantes cujas línguas nativas exibem distinção notória entre os gêneros são mais propensas a configurarem-se como inativas no mercado de trabalho. Por fim, sugere-se que pessoas que utilizam idiomas que não diferenciam os tempos verbais são avessas ao risco – posto que apresentam conduta orientada para o futuro – e, nesse sentido, comportam-se de forma a evitar o desemprego no país hospedeiro.

O objetivo geral deste estudo é, então, identificar o impacto da língua materna na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Especificamente, busca-se:

- Traçar o perfil do imigrante no Brasil, quanto a variáveis socioeconômicas, de acordo com as classificações de suas línguas nativas segundo os três aspectos acima referidos;
- Averiguar se cada um dos três elementos supracitados, enquanto características da língua materna do imigrante, impacta na inserção deste no mercado de trabalho brasileiro e, sendo o impacto significativo, avaliar seu sentido – se o mesmo é positivo, ou negativo – e sua magnitude.

Para alcançar tais objetivos, utilizam-se dados do Censo Demográfico, do ano de 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aplica-se o modelo logit multinomial. Tal modelo é utilizado para analisar variáveis qualitativas não ordenadas e, portanto, é adequado a este estudo, uma vez que a intenção é verificar como as probabilidades de os indivíduos estarem inativos, desempregados, ou ocupados variam entre os imigrantes cujas línguas nativas: são próximas, ou não ao Português; apresentam, ou não clara distinção entre os gêneros e; exigem, ou não diferenciação entre os tempos verbais.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir com a literatura no sentido de acrescentar, ao estudo da imigração no Brasil, análises apoiadas na economia da linguagem. No que diz respeito ao fator competência/proximidade linguística, tendo em vista que o mesmo remete à mais antiga linha de pesquisa da economia da linguagem, considera-se de suma importância abordá-lo em investigações que se baseiam neste ramo de estudo. Quanto à menção ao gênero nos idiomas, nota-se uma lacuna na literatura no que concerne à constatação da influência deste aspecto no comportamento de mulheres imigrantes no Brasil. Com relação à estrutura de referência ao futuro, observa-se, também, uma carência de estudos que relacionem este componente das línguas à conduta de imigrantes nas regiões de acolhimento em geral. Ressalta-se, ainda, que não são encontradas, na literatura tanto internacional quanto nacional, análises que congreguem os três elementos em questão. Assim, espera-se, com as discussões, aqui, salientadas, incrementar os conhecimentos em torno de fatores que, possivelmente, moldam a realidade dos imigrantes no Brasil.

O presente capítulo traz, além desta introdução, outras quatro seções. A segunda seção encontra-se dividida em três subseções, as quais exibem respectivamente: uma breve revisão da literatura acerca da economia da linguagem; estudos empíricos que avaliam a correspondência entre os idiomas e o comportamento econômico de indivíduos sob a perspectiva da identidade de gênero e; trabalhos empíricos que investigam a influência das línguas, considerando suas estruturas de codificação dos tempos verbais, na conduta de indivíduos e firmas. A terceira seção consiste na metodologia e a quarta apresenta os resultados descritivos e empíricos encontrados. Por fim, a quinta e última seção expõe as considerações finais, que oferecem uma síntese da análise, encerrando-a.

3.2 Fundamentações teóricas e empíricas

Apresentam-se, a seguir, algumas contribuições teóricas a respeito da relação entre economia e linguagem, bem como análises empíricas realizadas nessa área de pesquisa, especificamente, com foco na classificação das línguas quanto à presença de sistema de gênero e à referência ao tempo futuro respectivamente.

3.2.1 Economia da linguagem

Expõem-se, a seguir, algumas reflexões sobre a interação – e, sobretudo, sobre a importância desta – entre economia e linguagem. Ademais, apresenta-se um conciso resgate do desenvolvimento dessa área de pesquisa e dos principais assuntos estudados. Para Lipman (2002), a literatura sobre os temas economia e linguagem, estando estes relacionados e sendo a linguagem definida enquanto um meio de comunicação que afeta e é afetado pelas interações entre os indivíduos, é, bastante, reduzida, tendo em vista que, segundo o autor, os economistas parecem ter ignorado a linguagem como objeto de estudo.

Segundo Grin (2006), a economia não é, também, vista como uma disciplina relevante para estudiosos da linguística. Entretanto, o autor ressalta uma modificação desta concepção nos últimos anos e afirma que a relevância da teoria econômica para a linguagem resulta de uma evolução ocorrida em dois planos. Por um lado, os economistas sempre possuíam certo interesse em assuntos linguísticos, segundo Grin (2006), o que acarreta o desenvolvimento de uma literatura que aborda questões omitidas pelos profissionais da linguagem. Por outro lado, estes últimos têm percebido as implicações econômicas das políticas adotadas no campo linguístico. Tem-se, portanto, preocupações congruentes – embora não, necessariamente, convergentes –, que não constituem, ainda, uma perspectiva teórica econômica unificada sobre linguagem, mas que contribuem para o desenvolvimento de proposições inter-relacionadas.

Rubinstein (2000) preocupa-se, também, em questionar e analisar a relevância da economia no campo da linguagem. Para ele, a doutrina econômica é uma tentativa de explicar regularidades nas relações humanas, bem como a conformação dos sistemas sociais e, tendo em vista que a língua configura-se como uma ferramenta essencial no processo de comunicação e tomada de decisão, a linguagem representa uma regularidade fundamental nas interações entre as pessoas. Marschak⁶ (1965), por sua vez, argumenta que o caráter incerto da economia caracteriza problemas de informação, comunicação e organização, os quais não são, de fato, sem pertinência para o fenômeno da linguagem. Em outras palavras, o autor defende que tais questões relativas à linguística e que derivam de comportamentos econômicos merecem ser exploradas.

De acordo com Grin (1996), os estudiosos devem ter muita cautela ao aplicar os princípios da modelagem econômica para questões relativas à língua. O uso de ferramentas e conceitos econômicos no estudo das relações que caracterizam variáveis linguísticas deve, necessariamente, resultar de um esforço interdisciplinar, devido à natureza complexa da linguagem – estritamente linguística e, ao mesmo tempo, um fenômeno social.

⁶ Marschak é considerado o primeiro autor a apresentar uma abordagem econômica para a linguagem, segundo Grin (1994, 1996) e Chiswick e Miller (2014).

A economia da linguagem⁷, enquanto um campo interdisciplinar de investigação enraizada na economia, mas endereçada a questões linguísticas, remonta a meados dos anos 1960 (GRIN, 1994, 2006). Segundo Chiswick (2008) e Chiswick e Miller (2014), a economia da linguagem consiste no estudo dos determinantes e das consequências da proficiência na língua a partir de metodologias e ferramentas da economia.

The economics of language refers to the paradigm of theoretical economics and uses the concepts and tools of economics in the study of relationships featuring linguistic variables; it focuses principally, but not exclusively, on those relationships in which economic variables also play a part. (GRIN, 1996, p. 6).

Esta definição aponta para os principais elementos de pesquisa da economia da linguagem, quais sejam: a forma pela qual as variáveis econômicas e as variáveis linguísticas afetam umas às outras e a maneira como os processos, essencialmente, econômicos influenciam os processos linguísticos (GRIN, 2006).

No que diz respeito às contribuições, anteriores à década de 80, da área de estudo acima referida – a economia da linguagem –, pode-se dividi-las em três estágios de desenvolvimento. A primeira geração de estudos corresponde àqueles que enfatizam o papel da língua materna como um atributo étnico que gera efeitos, por vezes capturados em termos de discriminação, sobre o status socioeconômico dos indivíduos e, portanto, sobre seus rendimentos. O segundo estágio refere-se às pesquisas que analisam as habilidades linguísticas (considerando, geralmente, uma segunda língua) como algo em que é rentável investir (fonte de vantagem econômica), ou seja, como uma forma de capital humano. Por fim, a terceira geração de contribuições engloba ambos os aspectos atribuídos à linguagem: atributo étnico e capital humano (GRIN, 2002, 2006).

Ressalta-se a existência de outros campos de investigação, paralelamente, aos referidos estágios, nos quais discute-se, dentre outros elementos, o significado da linguagem enquanto um meio do comércio internacional, ou um critério para a distribuição de recursos entre grupos. Ademais, a economia da linguagem, já no início da década de 1990, começa a alcançar uma ampla gama de tópicos, tratando, por exemplo, da dinâmica da linguagem e da promoção de línguas minoritárias (GRIN, 2006).

⁷ Grin (1996) adverte que a noção de uma abordagem econômica para questões linguísticas pode parecer intrigante tanto para os economistas quanto para demais profissionais. Além disso, o autor afirma que a maior parte da literatura existente é dispersa e, muitas vezes, os próprios pesquisadores não têm conhecimento dos trabalhos uns dos outros. Grin (1996) lembra, também, que a definição da economia da linguagem enquanto um campo de pesquisa, ou um campo de especialização é uma questão em aberto.

A partir desta breve revisão histórica acerca das abordagens da economia da linguagem, pode-se, então, explicitar suas principais linhas de pesquisa, as quais são divididas em quatro categorias. A primeira⁸ delas, além de ser a mais antiga, é, também, a principal em termos de números de publicações e possui como foco o efeito das competências linguísticas sobre os rendimentos do trabalho (GRIN, 2002, 2006). A respeito das competências linguísticas, Chiswick (2008) e Chiswick e Miller (1997, 2014) advertem que estas satisfazem as três condições para que configurem como capital humano, uma vez que requerem custos para serem adquiridas; representam uma característica produtiva no mercado de trabalho e; estão incorporadas nas pessoas.

Com relação aos determinantes e às consequências da proficiência na língua de destino – com ênfase nos resultados do mercado de trabalho e em ganhos particulares – entre migrantes internacionais, Chiswick (2008) e Chiswick e Miller (2014) fundamentam suas discussões em um modelo baseado em três conceitos – os três “Es” (Exposure, Efficiency, Economic incentives) –: exposição à língua de destino na origem e no país de acolhimento; eficiência na aquisição de competências linguísticas da região para a qual se dirigem e; incentivos econômicos para o alcance de tal proficiência. Os autores concluem que os ganhos são maiores para aqueles que apresentam mais habilidades no que se refere à língua do local de destino e que estes possuem mais sucesso no ajustamento ao mercado de trabalho. Assim sendo, ressalta-se, ainda, que investimentos em competências linguísticas representam, não somente maiores rendimentos, mas melhores oportunidades nos âmbitos educacional, econômico, social e político no país de acolhimento.

No que diz respeito ao ajustamento ao mercado de trabalho, Chiswick e Miller (2011) referem-se aos modelos de assimilação positiva e negativa enquanto ferramentas que explicam tal conformação. Segundo o primeiro modelo, os migrantes dirigem-se de uma área de baixa renda para uma região de alta renda e descobrem que suas habilidades, incluindo as competências linguísticas, não são, perfeitamente, transferíveis, de modo que iniciam um processo de investimento em aptidões relevantes no local de destino. Este processo, por sua vez, implica em menores ganhos na fase inicial, mas resulta em aumento (decrecente) dos rendimentos nos períodos subsequentes. O segundo modelo, por seu turno, sugere que a origem e o destino apresentam níveis de renda semelhantes e que as habilidades são, completamente, transferíveis entre as localidades. De acordo com esta concepção, os rendimentos iniciais dos

⁸ Grin (2002) destaca alguns estudos realizados nesse contexto, sendo eles: Chiswick e Miller (1995), Bloom e Grenier (1996) e Vaillancourt (1996). Outras referências a demais trabalhos sobre o tema podem ser encontradas em Grin (1994, 2006).

migrantes são mais elevados que os ganhos dos nativos, mas diminuem conforme o tempo de residência no país de acolhimento.

Outra vertente de pesquisa⁹ salienta um aspecto da linguagem que, do ponto de vista econômico, a diferencia dos bens padrão e, portanto, tem crucial importância: a língua, enquanto ferramenta de comunicação, torna-se mais valiosa para aqueles que a utilizam à medida que é propagada, também, por outras pessoas, o que confere a ela a designação de um bem “hiper-coletivo”. Assim sendo, adverte-se que as investigações a respeito dos efeitos de externalidades de rede – gerados pela difusão da linguagem – e de suas respectivas implicações – sobre a dinâmica e a atratividade do aprendizado de línguas particulares, bem como sobre o contexto de políticas de ensino de idiomas – devem, sem dúvida, ser consideradas prioridades (De SWAAN, 2001; GRIN, 2002, 2006).

Grin (2002) ressalta que considerável progresso, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma teoria geral sobre a dinâmica das línguas, tem ocorrido a partir dos estudos de Fishman (1991) acerca da revitalização de línguas ameaçadas. Este último autor procura sugerir um enfoque racional e sistemático, abordando a linguagem como um recurso que pode ser aumentado, desenvolvido e modificado e argumentando que o processo de reversão do deslocamento da língua (“RLS – Reversing Language Shift”) trata-se de uma questão democrática cultural, na medida em que envolve uma visão de humanidade e de legitimidade, bem como a necessidade de componentes culturais múltiplos, que é intrínseca à humanidade.

Ainda entre as quatro categorias das linhas de pesquisa acima referidas, encontra-se aquela em que os estudos são voltados para a economia da avaliação política da linguagem¹⁰. Argumenta-se que perspectivas econômicas sobre políticas linguísticas misturam-se, quase perfeitamente, com uma distinta tradição disciplinar, qual seja a análise de políticas, que, por sua vez, encontra-se, firmemente, ancorada na ciência política. As avaliações dividem-se entre aquelas que são feitas “ex ante” e “ex post”. No primeiro caso, podem ser previstas várias opções de política em relação à linguagem, cada uma com suas vantagens e desvantagens, sendo que a alternativa escolhida deve ser aquela que maximiza a diferença entre benefícios e custos. No segundo caso, já podem ser identificados e mensurados os prós e contras das políticas adotadas, de forma que se torna factível apontar a opção mais eficaz e menos dispendiosa (DUNN, 2015; GRIN, 2002, 2006).

⁹ Grin (2002) destaca os seguintes trabalhos no âmbito da segunda linha de pesquisa da economia da linguagem: Selten e Pool (1991) e Church e King (1993). Outras referências podem ser encontradas em Grin (2006).

¹⁰ Grin (2002) destaca os trabalhos de Cooper (1989) e Kaplan e Baldauf (1997), dentre outros, no contexto desta linha de pesquisa.

Por fim, a última¹¹ vertente de pesquisa da economia da linguagem estuda o papel que esta desempenha em atividades econômicas essenciais, como produção, consumo e troca. Não existe um consenso entre os estudiosos acerca da natureza do impacto – positivo, ou negativo – da diversidade linguística sobre o comportamento econômico. Contudo, destaca-se que as análises sobre oferta, demanda e mercado relativas a bens e serviços, em geral, aplicam-se, da mesma forma, para aqueles que estão, diretamente, relacionados ao idioma (como cursos, livros e demais produtos culturais). Lembra-se, apenas, que os conceitos diferem em situações nas quais a linguagem, em si, consiste no bem, ou serviço produzido, consumido, ou trocado (GRIN, 2002, 2006).

Melitz e Toubal (2012) analisam as fontes de influência linguística sobre o comércio. Os autores empregam séries de linguagem nativa comum, linguagem falada comum, linguagem oficial comum e proximidade linguística entre diferentes línguas nativas, a fim de fazer inferências acerca do impacto de fatores linguísticos sobre o comércio bilateral, de avaliar se as influências linguísticas são decorrentes de fatores étnicos e de confiança, ou de facilidade de comunicação e, por fim, de investigar até que ponto tradutores e intérpretes são importantes nesse contexto.

Os resultados encontrados por Melitz e Toubal (2012) indicam que o impacto de fatores linguísticos em conjunto – laços étnicos e de confiança, capacidade de comunicar-se diretamente e capacidade de comunicar-se por meio de intérpretes e tradutores – é, no mínimo, duas vezes tão grande quanto a variável usual para linguagem comum, que é baseada na linguagem oficial. Ademais, a facilidade de comunicação revela-se mais importante do que fatores ligados à etnia e confiança e, nesse sentido, o papel de tradutores e intérpretes é bastante relevante. Os autores advertem que aspectos referentes à etnia e confiança são considerados por causa de imigrantes e que suas influências são difíceis de serem detectadas e avaliadas.

Ainda no que diz respeito à relação entre linguagem e atividade econômica, a partir de uma teoria baseada em ambientes linguísticos, Sabourin (1985) busca explicar fenômenos socioeconômicos observados nas sociedades em que as pessoas que compõem a mão de obra apresentam diferentes características de linguagem. Explica-se, preponderantemente, a distribuição dos trabalhadores conforme suas competências linguísticas – tanto entre os setores da economia quanto entre empresas e ocupações – e as diferenças nos rendimentos salariais de acordo com as habilidades de cada indivíduo no que se refere à linguagem. Observa-se que a

¹¹ Hocevar (1975) e Sabourin (1985) são lembradas como as principais contribuições teóricas nessa linha de pesquisa (GRIN, 2002, 2006). Grin (2006) destaca, também, Melitz (1999) e Pool (1996), enquanto estudos realizados nessa vertente. Outras referências podem ser encontradas em Grin (2002).

referida teoria difere-se de teorias tradicionais (como a teoria do capital humano) por reconhecer a influência de ambientes linguísticos sobre a utilidade dos trabalhadores, além das implicações das competências de linguagem sobre a produtividade destes (GRIN, 1994, 2002, 2006).

É válido ressaltar que a visão geral, acima apresentada, acerca das principais abordagens da economia da linguagem não esgota a extensa gama de assuntos desse campo de pesquisa¹², no entanto, oferece a fundamentação teórica básica para análises empíricas realizadas no âmbito desta área de estudos, tal como as apresentadas a seguir.

3.2.2 Linguagem, gênero e comportamento

No que diz respeito à última categoria supracitada das linhas de pesquisas da economia da linguagem, um objeto de estudo pode ser destacado: a relação entre a linguagem e o comportamento econômico sob a perspectiva da identidade de gênero, ou, em outras palavras, a correspondência entre o idioma, a inserção de mulheres no mercado de trabalho e a determinação de tarefas e ocupações conforme o gênero. Segundo Davis e Abdurazokzoda (2015), alguns autores, baseando-se no pressuposto da relatividade linguística – Hipótese de Sapir-Whorf –, investigam se o fato de a língua apresentar, em sua estrutura gramatical, clara distinção entre os gêneros implica em diferenças nas presenças política e corporativa do sexo feminino, bem como no engajamento econômico das mulheres e na atribuição de tarefas domésticas.

Com relação à Hipótese de Sapir-Whorf, a partir do que denomina por princípio da relatividade linguística, Whorf propõe que a estrutura da linguagem de um ser humano interfere na forma pela qual ele entende a realidade e comporta-se em relação a ela. Argumenta-se que línguas com colocações semânticas distintas oferecem interpretações distintas e, portanto, proporcionam diferentes experiências para um conjunto de possíveis ideias. Sapir, por sua vez, afirma que o que os indivíduos veem, ouvem e experimentam resulta, em grande parte, dos hábitos de linguagem da comunidade em que vivem, os quais predispõem determinadas escolhas de interpretação. Nesse sentido, acredita-se que a linguagem, enquanto uma estrutura e em sua “face interna”, constitui o molde do pensamento. O agrupamento das referidas

¹² Algumas referências sobre contribuições relativas a outras dimensões da economia da linguagem podem ser encontradas em Grin (1994) e Grin (2002).

suposições dos autores em questão tornou o princípio da relatividade linguística conhecido como a Hipótese de Sapir-Worth¹³ (SAPIR, 1921, 1968; WHORF, 1944, 1956).

A partir desta hipótese, apresentam-se evidências de que a linguagem atua como marcador cultural para as normas de um país, particularmente, com relação à identidade de gênero (HICKS; SANTACREU-VASUT; SHOHAM, 2015). No que concerne à classificação dos idiomas quanto a menção aos sexos masculino e feminino, explica-se que, se estes apresentam classes de substantivos que exigem acordo flexivo específico com outros elementos na frase, então exibem, notoriamente, separação entre masculino e feminino e, portanto, possuem sistema de gênero. Um exemplo de língua sem sistema de gênero é a finlandesa. Já o hebraico apresenta ênfase no gênero em diversas formas de concordância, como, por exemplo, na utilização de pronomes e substantivos (MAVISAKALYAN, 2015).

Quanto à presença corporativa das mulheres, alguns intelectuais advertem que linguagens nas quais os sistemas gramaticais são baseados no sexo dos indivíduos reforçam concepções tradicionais de papéis de gênero – ou culturas de preconceito de gênero –, as quais, por sua vez, contribuem para que as mulheres permaneçam em posição de desvantagem, sobretudo, no mercado de trabalho. Mavisakalyan (2015), por meio da análise de uma amostra de mais de 100 países, evidencia que lugares nos quais a língua majoritária é intensiva em termos de gênero apresentam menor participação feminina na força de trabalho. A autora identifica uma relação inversa entre a intensidade da presença dos gêneros no idioma utilizado pelas famílias e a probabilidade de que as mulheres configurem-se como empregadas no mercado de trabalho. Ademais, destaca-se que a existência de atitudes discriminatórias no que se refere à igualdade de acesso do sexo feminino às oportunidades de emprego está associada à predominância de linguagens com sistema de gênero.

Santacreu-Vasut, Shenkar e Shoham (2014), também, analisam o quão a presença corporativa das mulheres é impactada por distinções de gênero presentes nas estruturas gramaticais das linguagens. Os autores utilizam quatro conjuntos de dados diferentes e revelam que, em países nos quais a língua dominante exibe marcação intensiva de gêneros, a participação do sexo feminino tanto na alta administração quanto em cargos de liderança de pequenas equipes é, substancialmente, menor. Além disso, verifica-se que a existência de diferenciação explícita de gêneros em idiomas utilizados nos países que abrigam sedes de

¹³ De acordo com Scholz, Pelletier e Pullum (2011), o termo "Sapir-Whorf" foi cunhado por Harry Hoijer, em sua contribuição para uma conferência sobre a obra de Benjamin Lee Whorf em 1953.

multinacionais impacta sobre a presença feminina em subsidiárias destas companhias, independentemente, do tipo de linguagem predominante no país de acolhimento destas últimas.

Gay et al (2015) exploram a relação entre as disparidades no que diz respeito ao engajamento econômico das mulheres e a presença acentuada de gênero nas linguagens, isolando o impacto dos traços linguísticos da influência de forças históricas, culturais e biológicas correlacionadas. A partir de uma amostra de imigrantes nos Estados Unidos, observa-se que mulheres que utilizam línguas com sistema de gênero são, significativamente, menos inclinadas a envolver-se no mercado de trabalho formal e o fazem com menos veemência, se comparadas àquelas que falam idiomas sem especificação de gênero. Os autores concluem que a linguagem, bem como outras construções sociais, na medida em que reforça forças culturais históricas e perpetua normas sociais ineficientes, pode prejudicar o progresso da sociedade no que se refere à igualdade de gêneros.

No que concerne à atribuição de tarefas, especialmente, domésticas, Hicks, Santacreu-Vasut e Shoham (2015), com base em uma amostra de imigrantes nos Estados Unidos, relacionam os papéis de homens e mulheres à intensidade da distinção de gênero codificada na estrutura gramatical da língua nativa do indivíduo. Mostra-se que os papéis de gênero são formados e adquiridos no início da vida, sendo que, uma vez estabelecidos, persistem mesmo em face de interferências culturais diversas. Assim sendo, argumenta-se que imigrantes que são provenientes de países onde a língua predominante apresenta separação explícita de gênero em sua estrutura gramatical são, consideravelmente, mais predispostos a designar e realizar tarefas com base no sexo dos indivíduos e o fazem de forma mais acentuada. Quanto maior a intensidade da exposição à marcação de gênero, maior a desigualdade de gênero associada.

Em contrapartida, observa-se que homens e mulheres que utilizam idiomas que, gramaticalmente, não distinguem gêneros são mais predispostos a envolver-se em atividades que seriam, segundo estereótipos, designadas ao sexo oposto. Assim, indivíduos do sexo masculino que falam línguas sem sistema de gênero são mais propensos a executar tarefas como cozinhar, limpar e cuidar de idosos. Da mesma forma, é mais provável que mulheres que fazem uso do referido tipo de linguagem dediquem maior tempo para finanças domésticas e reparação de veículos, por exemplo, se comparadas àquelas que lidam com linguagens intensivas em termos de gênero. Ressalta-se que tais correspondências mantêm-se mesmo após a inclusão de variáveis de controle relacionadas a efeitos fixos por país, como participação no mercado de trabalho e características do local de origem (HICKS; SANTACREU-VASUT; SHOHAM, 2015).

Enfim, há muitas pesquisas realizadas acerca da correspondência entre linguagem – segundo a classificação quanto à distinção de gêneros – e diversos aspectos, como a presença política e corporativa de mulheres, o engajamento econômico destas últimas e a designação de tarefas domésticas, dentre outros. No entanto, o presente trabalho não tem a intenção de esgotá-las, de modo que apresenta, apenas, estudos cujos objetos de análise são observados, também, neste trabalho, ou que exibem discussões recentes sobre os temas em questão.

3.2.3 Linguagem, tempo futuro e comportamento

No domínio da última categoria das linhas de pesquisa da economia da linguagem mencionada – a qual estuda o papel que a língua desempenha em atividades econômicas essenciais, como produção, consumo e troca –, pode-se destacar, ainda, um recente trabalho desenvolvido por Chen (2013). O autor identifica que o fato de as línguas diferirem quanto à maneira pela qual codificam o tempo gera implicações diversas sobre o comportamento econômico dos indivíduos no que concerne às suas escolhas intertemporais. A referida análise é fundamentada, também, na ideia de que as linguagens, em suas especificidades, interferem de maneiras diferentes sobre o pensamento e a reação dos indivíduos à realidade, conhecida como a Hipótese de Sapir-Whorf¹⁴. Ademais, Chen (2013) baseia-se na literatura linguística acerca da referência tempo-futuro (FTR – Future time reference)¹⁵, que estuda como as línguas requerem o uso de palavras para marcar o tempo dos eventos.

Com relação a esta última, argumenta-se que cada linguagem possui um padrão definido, ou um código a ser seguido, de modo que se verifica, entre os idiomas, diferenças quanto à necessidade, ou à exigência de que os falantes especifiquem o tempo dos eventos, ou utilizem elementos gramaticais para explicitar acontecimentos futuros (CHEN, 2013; DAHL, 1985). Chen (2013) baseia-se no critério que distingue entre linguagens que exigem a marcação do tempo futuro e aquelas que não o fazem conforme as classificações de Dahl (2000) e Thieroff (2000).

¹⁴ Chen (2013) diz que sua hipótese pode ser pensada como uma instância da Hipótese de Sapir-Whorf e como a primeira, segundo seu conhecimento, a interligar a estrutura da linguagem à tomada de decisão.

¹⁵ Segundo Chen (2013), a distribuição tipológica da referência tempo-futuro foi o foco de estudo do Grupo Temático EUROTYP sobre tempo e aspecto, sendo que as conclusões obtidas foram resumidas em um volume de 846 páginas, editado por Osten Dahl (2000). O autor ressalta que, para seu conhecimento, o Projeto EUROTYP é o mais extenso programa de pesquisa tipológica para estudar a gramaticalização cross-linguística da referência tempo-futuro (FTR).

De acordo com Dahl (2000), pode-se distinguir a referência ao tempo futuro tanto com base em intenções – quando os fatos estão sob o domínio dos indivíduos (ou, pelo menos, acredita-se que estejam) – quanto em previsões – quando as situações não podem ser controladas pelos seres humanos. Sugere-se, quanto à utilização de elementos gramaticais para explicitar o tempo dos eventos, que os marcadores restritos à referência ao tempo futuro baseada na intencionalidade tendem a tornar-se marcadores gerais, os quais, por sua vez, incluem, como casos centrais, os marcadores relativos à referência ao tempo futuro com base em previsões. Observa-se, ainda, uma exclusão quase total do tempo presente em contextos nos quais prevalece a predição. Nesse sentido, defende-se que, o fato de a referência ao tempo futuro baseada em previsões ser, explicitamente e obrigatoriamente, evidenciada em sentenças pode ser considerado como um dos principais critérios para definir se uma língua é gramaticalizada¹⁶, ou não.

Este critério divide as línguas em dois grandes grupos. O primeiro é formado por aquelas que não são gramaticalizadas – ou seja, que não determinam que os falantes façam distinções explícitas, por meio do uso de palavras/marcadores, entre os tempos dos acontecimentos –, as quais são tratadas, por Dahl (2000), como linguagens “sem futuro” (“Futureless”) e, por Thieroff (2000), como aquelas nas quais se observa o “futuro fracamente gramaticalizado” (“weakly grammaticalized future”). Este último ressalta que, nesses casos, o referido tempo não é obrigatório e pode ser discutido no presente. O segundo grupo, por conseguinte, é composto pelas línguas que são gramaticalizadas e, portanto, exigem a utilização de elementos gramaticais para a marcação dos tempos verbais.

Chen (2013) atribui a classificação do primeiro grupo às linguagens nas quais o futuro é mencionado em termos gerais, utilizando, para estas, a denominação de “fracas-FTR”. Norueguês, Dinamarquês, Sueco, Holandês, Finlandês, Alemão e Japonês são exemplos de idiomas que se encaixam nesta categoria. As demais línguas, incluídas no segundo grupo, são assinaladas, pelo autor, como linguagens do tipo “fortes-FTR”¹⁷. Entre estas encontram-se os idiomas Francês, Inglês (Reino Unido e Estados Unidos), Italiano e Espanhol.

É válido ressaltar que o fato de as línguas serem categorizadas entre fracas e fortes FTR não significa que os falantes de idiomas pertencentes ao primeiro grupo não possam distinguir os tempos dos eventos, eles, apenas, não precisam torna-los evidentes, ou especifica-los em

¹⁶ De acordo com Meillet (1912), a gramaticalização é definida como o processo a partir do qual uma palavra autônoma adquire o papel de um elemento gramatical.

¹⁷ Chen (2013) adverte que o processo de categorização das linguagens entre fracas e fortes FTR apresentado por ele é conservador, pelo fato de que existem várias línguas estudadas pelo Grupo Temático EUROTYP cujas regras ele não seria capaz de classificar.

suas falas. Ademais, observa-se, ainda, que as referidas diferenças entre as línguas são generalizadas, no sentido de que não ocorrem entre regiões distintas, somente, mas se fazem presentes, até mesmo, dentro de um mesmo país e em vários idiomas (CHEN, 2013).

Tendo em vista a diferenciação das linguagens acima abordada, Chen (2013) propõe uma hipótese que decorre, naturalmente, de dois tipos de mecanismos distintos: um relativo a um viés induzido, linguisticamente, na percepção do tempo e outro alusivo à precisão de crenças sobre o tempo. Entende-se o primeiro como a maneira pela qual a linguagem afeta escolhas futuras na medida em que implica a compreensão do futuro como algo remoto. Sugere-se que a separação gramatical entre presente e futuro faz com que os indivíduos desassociem os referidos tempos e sintam-se mais distantes do futuro, o que, por conseguinte, os leva a encontrar maiores dificuldades de pensar e agir de forma orientada para o amanhã, ou a longo prazo.

O segundo mecanismo, por sua vez, trata da influência do idioma sobre decisões de longo prazo a partir da forma como os oradores conduzem a linguagem, no sentido de gerar mais, ou menos precisão nas crenças acerca da concretização de recompensas futuras. Em outras palavras, línguas que utilizam, gramaticalmente, marcadores de tempo suscitam maior atenção, por parte das pessoas, ao cronograma de acontecimento dos eventos e, nesse sentido, promovem a desvalorização de retribuições futuras, impactando, assim, sobre decisões que envolvem períodos mais distantes (CHEN, 2013).

Chen (2013) testa, então, essa hipótese – de que o hábito de falar separando presente e futuro leva as pessoas a desvalorizar recompensas vindouras – e avalia os efeitos decorrentes das estruturas de linguagem mencionadas sobre a tomada de decisão dos indivíduos, a partir de evidências com relação a taxas de poupança, comportamentos de saúde e aposentadoria. O autor encontra uma forte correlação entre linguagens identificadas como fracas FTR e o comportamento orientado para o futuro: indivíduos que falam línguas nas quais não há distinção entre os tempos poupam mais, preocupam-se em maior grau com sua saúde (fumam menos, praticam sexo seguro e são menos obesos) e aposentam-se com maior nível de riqueza. Ressalta-se que tal correspondência não é enfraquecida, ou derrubada quando são incluídos controles geográficos, culturais e institucionais e, ainda, que essa constatação é válida tanto para análises entre países quanto para estudos que consideram indivíduos de uma mesma localidade.

A relação entre as diferentes estruturas de linguagem e o impacto que estas podem exercer sobre o comportamento econômico dos indivíduos é algo que, empiricamente, consiste em um contemporâneo objeto de estudo no campo da economia da linguagem. Após a

concepção da Hipótese de Sapir-Whorf – a qual, é válido lembrar, não foi testada, empiricamente, por nenhum destes dois autores –, Chen (2013) é o primeiro a comprovar a validade da correspondência entre determinados tipos de linguagens e as respectivas tomadas de decisão dos agentes econômicos experimentalmente. Sua hipótese é, então, utilizada como embasamento teórico de recentes estudos que analisam os efeitos da linguagem sobre o comportamento dos indivíduos a partir de evidências diversas.

Sutter et al (2015), por exemplo, acrescenta à literatura, referente ao tema abordado por Chen (2013), um estudo experimental sobre dados de preferência temporal provenientes de uma cidade bilíngue no norte da Itália. Os resultados revelam que crianças da escola primária que falam alemão (em que eventos futuros podem ser mencionados no tempo presente) são, em média, 46% mais propensas a adiar uma recompensa em um experimento que envolva escolha intertemporal do que crianças que falam italiano (em que os tempos presente e futuro devem ser separados gramaticalmente). Ressalta-se que tal discrepância mantém-se e permanece significativa mesmo após a inclusão de uma ampla gama de controles – incluindo atitudes com relação ao risco – e a realização de vários testes de robustez.

A influência da linguagem sobre a tomada de decisões dos agentes econômicos é analisada, também, por Chen et al (2015), a partir de evidências acerca da correspondência entre os tipos de idiomas e o comportamento das empresas relacionado à poupança. A análise revela que as reservas de caixa, para fins de precaução, são mais elevadas nas organizações nas quais se predomina uma linguagem caracterizada como fraca FTR. O estudo apresenta, ainda, resultados adicionais de alterações da importância relativa de diferentes idiomas na esfera empresarial de um país. Os resultados sugerem uma explicação para a heterogeneidade presente no comportamento da poupança corporativa e, além disso, contribuem enquanto uma investigação adicional a respeito do efeito da linguagem sobre resultados econômicos.

A relação entre a estrutura da linguagem – quanto à referência ao tempo futuro (FTR – Future Time Reference) – e o comportamento de gerenciamento de resultados corporativos em todo o mundo é objeto de estudo, também, de Fasan et al (2016). Os autores supõem, a partir da Hipótese de Sapir-Whorf, que as linguagens do tipo forte FTR, ou seja, que exigem a marcação explícita do tempo futuro, induzem os indivíduos a apresentarem um comportamento de gestão míope. O trabalho evidencia que empresas com sede em países nos quais a linguagem predominante é do tipo forte FTR tendem a ser mais propensas a envolver-se em crescentes e reais atividades de gerenciamento de resultados com vistas a obter ganhos no curto prazo.

Kovacic e Orso (2016) baseiam-se, igualmente, na teoria da relatividade linguística e, portanto, na Hipótese de Sapir-Whorf para avaliar a percepção da imigração por parte de países

européus. Os autores buscam explicar, em amplo sentido, diferenças culturais e sociais, as quais interferem, segundo eles, na concepção dos indivíduos a respeito dos processos migratórios. O estudo sugere que usuários de idiomas que empregam, intensivamente, formas gramaticais específicas para expressar incerteza são, significativamente, mais intolerantes no que diz respeito à imigração, se comparados a pessoas idênticas, mas que falam línguas diferentes. Observa-se que os resultados são mantidos com a inclusão de variáveis explicativas e de controle, bem como em métodos de estimação alternativos.

Enfim, são várias as contribuições de estudiosos da linguística e da economia acerca da relação entre estruturas de referência ao futuro nas linguagens e comportamento econômico e este trabalho não pretende esgotá-las. A revisão apresentada enfatiza a análise realizada por Chen (2013), pois ela proporciona diversas possibilidades de pesquisas adicionais e consiste em um dos principais fundamentos teóricos do presente estudo. Ademais, para compor um breve referencial empírico, outros recentes trabalhos que investigam a relação entre o idioma – notadamente, quanto à classificação com relação à referência ao tempo futuro – e a conduta dos agentes econômicos são, também, apresentados. A próxima seção aborda a estratégia econométrica utilizada.

3.3 Metodologia

A partir das teorias e dos estudos empíricos pertinentes à economia da linguagem, acima apresentados, definem-se as hipóteses testadas neste trabalho. Em primeiro lugar, com base na principal e mais antiga linha de pesquisa do referido campo de estudo – que possui como foco o efeito das competências linguísticas sobre os rendimentos do trabalho –, pressupõe-se que indivíduos que falam idiomas que pertencem à mesma família da língua da região para a qual se dirigem possuem mais aptidão no que diz respeito ao aprendizado desta última e, portanto, encontram menos dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho no destino.

Em segundo lugar, com fundamento nos estudos empíricos que associam a presença de sistema de gênero nas linguagens ao comportamento dos indivíduos, sugere-se que mulheres imigrantes cujas línguas maternas exibem notória diferenciação entre os gêneros são mais propensas a configurarem-se como inativas, quanto à condição de ocupação na região de acolhimento, em comparação àquelas que falam idiomas nos quais não há flexão de gênero.

Por fim, a partir da teoria proposta e corroborada, empiricamente, por Chen (2013), propõe-se a hipótese de que a forma como os indivíduos referem-se ao futuro nas linguagens

está relacionada, diretamente, ao posicionamento destes em relação ao risco. Acredita-se que, em razão de visualizarem o futuro como algo próximo, devido à estrutura gramatical que seguem, as pessoas que falam línguas do tipo fraca FTR atentam-se para as implicações de seus atos e, assim, optam por comportar-se de forma segura e precavida, ou como avessas ao risco. Nesse sentido, supõe-se que os imigrantes cujas línguas nativas são classificadas como fracas FTR estão dispostos a aceitar condições de trabalho e remunerações não tão boas a fim de evitar o desemprego, de modo que devem apresentar, então, menores probabilidades de encontrarem-se desempregados.

O presente estudo tem como base os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e agregados segundo as Unidades da Federação. Neste estudo, são utilizados os dados referentes ao país como um todo. A população estudada é composta, apenas, por imigrantes, sendo eles pessoas naturalizadas brasileiras¹⁸ e estrangeiros. A amostra é restrita à População em Idade Ativa (10 a 65 anos).

Inicialmente, características dos trabalhadores e variáveis relacionadas à origem e ao destino destes são descritas. São elas:

- **Sexo:** variável binária cujo valor é “1” para homens e “0” para mulheres;
- **Cor:** variável binária que assume valor “1” para brancos – que inclui tanto brancos quanto amarelos – e “0” para não brancos – nos quais estão incluídos pretos, pardos e indígenas;
- **Idade:** variável medida em anos (varia de 10 a 65);
- **Chefe de domicílio:** variável binária que representa a posição do indivíduo no domicílio e cujo valor é “1” se o mesmo é a pessoa responsável pelo domicílio e “0” caso contrário;
- **Companhia de cônjuge:** variável binária que assume valor “1” quando o indivíduo declara que vive em companhia de cônjuge, ou companheiro e “0” caso contrário;
- **Escolaridade:** tem-se quatro variáveis categóricas – sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto e; superior completo –, sendo que cada uma delas é representada por uma binária – cujo valor “1” indica a determinada categoria e “0” as demais – e apenas três são inseridas nas análises. A primeira categoria é mantida como referência;
- **Região metropolitana:** variável binária que assume valor “1” quando o domicílio localiza-se em região metropolitana e “0” caso contrário;

¹⁸ Os indivíduos naturalizados brasileiros são analisados como imigrantes, pois, embora tenham adquirido a nacionalidade brasileira, sua língua materna não é o Português (Brasil) e, portanto, o seu comportamento e ingresso no mercado de trabalho no Brasil podem ser influenciados por esta variável.

- **Região de origem:** tem-se seis variáveis categóricas – Europa, América do Norte e Central, América do Sul, África, Ásia e Oceania –, sendo que cada uma delas é representada por uma binária cujo valor “1” indica o determinado continente e “0” as demais;
- **IDH:** variável binária que representa a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país de origem do imigrante em relação ao Brasil, sendo igual a “1” quando este é superior ao brasileiro e igual a “0” caso contrário;
- **Região de destino:** tem-se cinco variáveis categóricas – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste –, sendo que cada uma delas é representada por uma binária – cujo valor “1” indica a determinada região e “0” as demais – e apenas quatro são inseridas nas análises. A variável correspondente à região Sudeste é mantida como referência;
- **Tempo no Brasil:** variável que indica, em anos, o tempo de permanência do imigrante no Brasil, desde que fixou residência no país;

Quanto às linguagens faladas pelos imigrantes¹⁹, estas são classificadas quanto à origem latina, à presença de sistema de gênero e à estrutura de referência ao tempo futuro. Para tal, são criadas as seguintes dummies:

- **Língua latina:** variável binária cujo valor é “1” para as línguas latinas e “0” para as demais²⁰;
- **Flexiona gênero:** variável binária cujo valor é “1” para as línguas que apresentam sistema de gênero e “0” caso contrário²¹. Tal variável é segmentada em outras duas dummies, quais sejam:
 - **Mulher flexiona gênero:** variável binária cujo valor é “1” para mulheres que falam línguas que apresentam sistema de gênero e “0” caso contrário;
 - **Homem flexiona gênero:** variável binária cujo valor é “1” para homens que falam línguas que apresentam sistema de gênero e “0” caso contrário;

¹⁹ Procura-se, neste trabalho, classificar, para cada país de origem dos imigrantes, a língua caracterizada como oficial. Para aqueles que possuem mais de um idioma, nacionalmente, reconhecido, opta-se pela linguagem típica, ou mais característica do país para realizar a classificação.

²⁰ Segundo Fialho (2005), estudos do campo da linguagem inferem que, ao menos nas primeiras etapas, o fato de dois idiomas – língua materna e língua estrangeira – possuírem a mesma estrutura, ou pertencerem à mesma família linguística mais simplifica do que atrapalha o processo de aquisição de uma segunda língua. Isto, porque, neste caso, o aprendiz dispõe de mais condições de estabelecer relações de semelhança, o que, por sua vez, favorece a aprendizagem. Assim sendo, considera-se, neste trabalho, a origem latina como um fator que caracteriza a proximidade entre o Português (Brasil) e as línguas faladas pelos imigrantes e que, portanto, facilita a comunicação inicial dos imigrantes no Brasil e o consequente ingresso destes no mercado de trabalho brasileiro.

²¹ A categorização das línguas quanto à presença de sistema de gênero utilizada no presente estudo é a mesma empregada por Mavisakalyan (2015) e é apresentada no apêndice deste trabalho. As línguas não classificadas pela referida autora são tratadas como “missing” neste estudo.

- **Fraca FTR:** variável binária cujo valor é “1” para as línguas categorizadas como “fracas FTR” e “0” para aquelas classificadas como “fortes FTR”²²;

Posteriormente, definem-se “estados de emprego”, que remetem à condição do indivíduo no mercado de trabalho. Estes são categorizados como:

- **Inativo:** variável binária cujo valor é “1” para a população não economicamente ativa e “0” para a população economicamente ativa;
- **Desempregado:** variável binária cujo valor é “1” para indivíduos desocupados e “0” para indivíduos ocupados;
- **Ocupado:** variável binária cujo valor é “1” para indivíduos ocupados e “0” para indivíduos desocupados;

As estatísticas descritivas dos imigrantes no Brasil são apresentadas, então, de acordo com as classificações de suas línguas maternas segundo os três aspectos supracitados. Em todas as análises são estabelecidas comparações entre os dados referentes às línguas: não latinas e latinas; sem e com sistema de gênero e; fortes e fracas FTR. Observa-se, em primeiro lugar, os percentuais de indivíduos cujas línguas são latinas, com sistema de gênero e fracas FTR. Posteriormente, abordam-se elementos como as regiões de origem e de destino dos imigrantes e expõem-se os dados relativos às características socioeconômicas – sexo, cor, idade, chefe de domicílio, companhia de cônjuge, escolaridade e região metropolitana – para cada um dos grupos de linguagem. São discutidos, também, aspectos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países de origem dos indivíduos e o tempo de permanência destes no referido país. Por fim, exibem-se, graficamente, as distribuições dos imigrantes segundo os estados de emprego para cada um dos fatores linguísticos avaliados.

Em seguida, apresentam-se as análises realizadas para averiguar a ligação entre a linguagem nativa do imigrante e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. Procura-se verificar como as probabilidades de os indivíduos estarem inativos, desempregados, ou ocupados variam conforme a categorização do idioma utilizado em seus países de origem quanto à origem latina, à forma de menção aos gêneros e à estrutura de referência ao tempo futuro. Para tal, tendo em vista que não existe nenhum tipo de ordenamento entre as opções, aplica-se o modelo logit multinomial.

Com relação ao referido modelo e de acordo com Greene (2002), a probabilidade do indivíduo i escolher a alternativa j é dada por:

²² A classificação das línguas quanto à estrutura de referência ao tempo futuro utilizada no presente estudo é a mesma empregada por Chen (2013) e é apresentada no apêndice deste trabalho. As línguas não classificadas pelo referido autor são tratadas como “missing” neste estudo.

$$\Pr(A_i = j | x_i) = \frac{\exp(\beta'_j x_i)}{1 + \sum_{k=1}^J \exp(\beta'_k x_i)} \text{ para } j = 0, 2, \dots, J \text{ e } \beta_0 = 0 \quad (\text{Equação 1})$$

em que A é a alternativa escolhida pelos indivíduos entre as J possíveis, β é o vetor de parâmetros e x é o vetor de variáveis. Neste estudo, são incluídas na regressão as seguintes variáveis: sexo; cor; idade; chefe de domicílio; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; superior completo; região metropolitana; IDH; tempo no Brasil; Norte; Nordeste; Centro-Oeste; Sul; língua latina; mulher flexiona gênero; homem flexiona gênero e; fraca FTR. Ressalta-se que a análise é realizada com base na amostra expandida.

Ainda segundo Greene (2002), os coeficientes, neste modelo, são difíceis de interpretar, de modo que, diferenciando a equação acima, obtém-se os efeitos marginais, os quais são dados pela expressão:

$$\frac{\partial \Pr(A=j)}{\partial x_i} = \Pr(A = j) [\beta_j - \sum_{k=0}^j \Pr(A = k) \beta_k] \quad (\text{Equação 2})$$

São analisados, separadamente, os efeitos marginais das linguagens – conforme as classificações quanto à origem latina, à presença de sistema de gênero e à estrutura de referência ao tempo futuro – sobre cada variável dependente: inativo, desempregado e ocupado.

Quanto à utilização do modelo logit multinomial, alguns estudiosos destacam a importância de se testar se o mesmo satisfaz, efetivamente, a hipótese assumida de independência das alternativas irrelevantes (IIA). Segundo esta, a probabilidade relativa entre quaisquer duas alternativas deve ser independente dos atributos, ou da disponibilidade de uma terceira alternativa. Em outras palavras, os resultados do modelo não podem ser alterados, significativamente, devido ao acréscimo, ou à exclusão de possibilidades. Para averiguar o atendimento a tal propriedade, pode-se utilizar o teste de especificação de Hausman, que consiste na eliminação de uma ou mais alternativas, de modo que se possa estimar os parâmetros para os conjuntos de escolha completo e restrito e examinar se os resultados encontrados são próximos, ou não. Em caso positivo, não se rejeita a especificação do modelo (HAUSMAN; McFADDEN, 1984).

Em contrapartida à recomendação de que se deve confirmar se o modelo logit multinomial atende, de fato, à hipótese de independência das alternativas irrelevantes (IIA), existem, na literatura, trabalhos que afirmam que os testes realizados para averiguar a violação desta apresentam propriedades pobres e, portanto, não são conclusivos. Long e Freese (2006), por exemplo, verificam que os referidos testes exibem resultados inconsistentes e desencorajam a utilização destes para analisar o descumprimento do pressuposto em questão. Cheng e Long

(2007) avaliam os testes de independências das alternativas irrelevantes mais comuns por meio de simulações de Monte Carlo e inferem que aqueles que se baseiam na estimação de um conjunto de escolhas restritas são insatisfatórios. Kropko (2008), por sua vez, alega que, quase sempre, o modelo logit multinomial fornece resultados mais precisos do que o modelo probit multinomial (modelo aplicado, também, para analisar variáveis categóricas desordenadas, mas que não assume independência das alternativas irrelevantes), mesmo quando a referida hipótese é, severamente, violada.

Dessa forma, prossegue-se a análise com o modelo logit multinomial. A próxima seção apresenta os resultados encontrados.

3.4 Resultados

Nesta seção, são apresentadas, inicialmente, as estatísticas descritivas dos imigrantes conforme as classificações das linguagens faladas por eles quanto à origem latina, à forma de menção aos gêneros e à estrutura de referência ao futuro. Em seguida, é realizada a análise dos efeitos marginais das referidas características das línguas maternas dos imigrantes sobre as probabilidades de estes serem inativos, estarem desempregados e encontrarem-se ocupados no mercado de trabalho brasileiro.

3.4.1 Análise descritiva

Com relação à amostra de 28.580 observações, composta por brasileiros naturalizados e por estrangeiros, apresenta-se, em primeiro lugar, no gráfico 1, os percentuais de imigrantes cujas línguas nativas possuem as seguintes características: mesma origem da língua Portuguesa (línguas latinas), distinção explícita entre os gêneros (flexionam gênero) e referência genérica ao tempo futuro (fracas FTR).

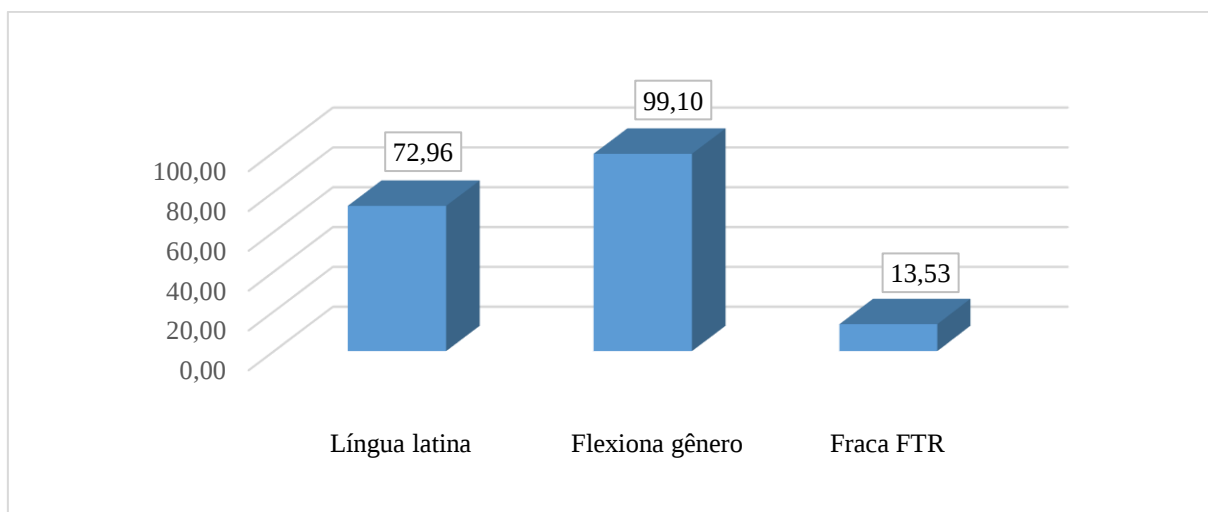


Gráfico 1 – Percentuais de imigrantes cujas línguas são latinas, flexionam gênero e são fracas FTR

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Os dados indicam que 72,96% dos imigrantes possuem língua materna de origem latina e, portanto, utilizam linguagens consideradas próximas ao Português (Brasil); que 99,10% falam idiomas que exibem flexão de gênero em suas estruturas gramaticais, ou seja, que possuem sistema de gênero e; que, somente, 13,53% são originários de países cuja língua oficial ou prioritária é classificada como fraca FTR e, deste modo, não exige marcação gramatical do tempo futuro.

Na tabela 1, abaixo, apresentam-se as estatísticas referentes à origem e ao destino dos imigrantes conforme as categorizações de seus idiomas nativos quanto aos três aspectos mencionados acima.

Tabela 1 – Distribuição dos imigrantes por continentes de origem e regiões de destino segundo as classificações das linguagens

Variáveis	Proximidade		Gênero		FTR	
	Não latina	Latina	Não flexiona	Flexiona	Forte	Fraca
Continente de origem (em %)						
Europa	24,62	29,99	20,23	28,61	27,48	35,42
América do Sul	3,10	64,76	0,00	48,61	55,61	0,21
América do Norte e Central	14,80	2,04	0,00	5,55	6,35	0,00
África	4,91	3,20	3,11	3,67	4,20	0,26
Ásia	51,85	0,01	76,65	13,36	6,14	64,11
Oceania	0,73	0,00	0,00	0,20	0,23	0,00
Região de destino (em %)						
Sudeste	60,30	46,44	56,81	50,10	48,27	62,40
Sul	19,80	30,63	19,46	27,80	28,92	20,03
Centro-Oeste	5,78	9,84	9,73	8,74	9,35	4,85
Nordeste	8,15	5,96	9,34	6,51	6,10	9,38
Norte	5,97	7,12	4,67	6,84	7,36	3,34

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Constata-se, com relação aos continentes de saída dos imigrantes, que a Europa, em todos os grupos de linguagem, exibe os segundos maiores percentuais enquanto origem de indivíduos que se deslocam para o Brasil, estando atrás ou da América do Sul, ou da Ásia, a depender do tipo de língua materna dos imigrantes. Nota-se que este último continente mencionado consiste na região da qual se origina a maior parte dos indivíduos que falam idiomas não latinos, que não flexionam gênero e que são fracos FTR. Já o continente sul americano representa a origem da maioria dos imigrantes cujas línguas são latinas, possuem sistema de gênero e são classificadas como fortes FTR.

Observa-se que, entre os indivíduos que utilizam idiomas de origem latina, não há nativos da Oceania e o percentual relativo à Ásia é ínfimo. Quanto àqueles cujas línguas não flexionam gênero, percebe-se a inexistência de originários das Américas e da Oceania. Por fim, este último continente, bem como as Américas do Norte e Central não se configuram como região de origem dos imigrantes que falam linguagens fracas FTR.

Nota-se, a partir dos dados em questão, a influência de um componente regional na distribuição dos indivíduos segundo suas origens e de acordo com suas línguas maternas. Tendo em vista que os idiomas, em geral, desenvolvem-se em uma região e, posteriormente, propagam-se e diferenciam-se, é esperado que imigrantes com características de linguagem semelhantes sejam oriundos das mesmas localidades.

Quanto ao destino dos indivíduos que chegam no Brasil, verifica-se que, em todos os grupos de linguagem, as regiões Sudeste e Sul constituem, nesta ordem, as localidades escolhidas pela maior parte dos imigrantes. Os percentuais de indivíduos que se dirigem para o Sudeste são maiores entre aqueles cujos idiomas não são latinos, não flexionam gênero e não exigem a marcação gramatical do futuro (fracos FTR), ao passo que as frequências observadas no Sul do país são maiores entre os falantes de línguas latinas, que exibem notória distinção entre os gêneros e que são fortes FTR.

Esta distribuição dos imigrantes segundo as regiões de destino pode indicar que as grandes cidades localizadas no Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, atraem indivíduos cuja cultura é mais distante da brasileira – aqueles que falam línguas não latinas, sem sistema de gênero e fracas FTR –, em razão de abrigarem muitas comunidades de estrangeiros e, nesse sentido, possibilitarem maior facilidade no que se refere à adaptação destes no país em questão.

No que diz respeito às características socioeconômicas dos imigrantes segundo as classificações de suas línguas nativas, estas são exibidas na tabela 2.

Tabela 2 – Estatísticas das variáveis associadas às características socioeconômicas segundo as classificações das linguagens

Variáveis	Proximidade		Gênero		FTR	
	Não latina	Latina	Não flexiona	Flexiona	Forte	Fraca
Sexo (em %)	59,29	54,83	59,14	56,02	55,58	58,93
Cor (em %)	88,47	71,00	75,49	75,72	72,54	96,09
Idade (em anos)	41,08	40,31	41,17	40,50	40,12	43,07
Chefe de domicílio (em %)	42,26	42,44	40,47	42,39	42,24	43,51
Companhia de cônjuge (em %)	59,29	62,89	61,48	61,92	62,05	61,08
Região metropolitana (em %)	60,04	52,82	59,92	54,71	53,89	60,48
Sem instrução e fundamental incompleto (em %)	25,46	30,28	14,79	29,13	28,99	28,93
Fundamental completo e médio incompleto (em %)	12,64	17,01	8,95	15,91	16,23	13,32
Médio completo e superior incompleto (em %)	28,42	28,53	31,13	28,47	28,70	27,11
Superior completo (em %)	33,48	24,18	45,14	26,49	26,08	30,65
IDH (em %)	70,28	61,61	40,47	64,04	62,45	71,94
Tempo no Brasil (em anos)	21,84	21,58	16,93	21,68	21,24	24,36

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Observa-se que, em todos os grupos de linguagens apresentados, a maioria dos imigrantes possui o seguinte perfil: sexo masculino; cor branca ou amarela; não é chefe de domicílio; vive em companhia de cônjuge e; reside em região metropolitana. Com exceção do

conjunto de linguagens que não flexionam gênero, a maioria dos indivíduos incluídos nos demais origina-se de países cujo IDH é superior ao brasileiro. A idade dos brasileiros naturalizados e dos estrangeiros varia, em média, entre 40 e 43 anos. Quanto ao tempo de permanência destes no Brasil, verifica-se que os mesmos fixaram residência no país há cerca de 16 a 24 anos.

Tendo em vista que aqueles que estão há mais tempo no referido país são indivíduos cujas línguas são fracas FTR (24 anos) e que, por outro lado, os imigrantes que fixaram residência no Brasil há menos tempo falam línguas que não flexionam gênero (16 anos), pode-se pensar que, provavelmente, o volume de imigração dos primeiros tem reduzido enquanto o volume de deslocamento destes últimos tem aumentado.

Com relação à distribuição dos imigrantes segundo os níveis de escolaridade, percebe-se, novamente, uma relação entre os grupos de línguas não latinas, sem sistema de gênero e fracas FTR. A frequência de indivíduos com ensino superior completo é maior entre os imigrantes cujas linguagens apresentam tais características, sendo mais expressiva, ainda, entre aqueles que utilizam idiomas categorizados como fracos FTR especificamente. O diferencial de escolaridade identificado neste último grupo pode ser um indicativo da influência – positiva, neste caso – de línguas que não evidenciam distinção entre os gêneros no engajamento acadêmico de mulheres.

Quanto aos demais grupos de linguagem – línguas latinas, com sistema de gênero e fortes FTR –, os mesmos, também, exibem estatísticas similares. Nestes casos, os maiores percentuais referem-se a indivíduos que não têm instrução ou que possuem ensino fundamental incompleto. Em seguida, encontram-se aqueles que possuem ensino médio completo ou superior incompleto.

Enfim, no que diz respeito à distribuição dos imigrantes segundo os estados de emprego, esta é apresentada para cada um dos três aspectos em análise separadamente.

No gráfico 2, exibe-se a referida distribuição para as linguagens classificadas de acordo com a origem latina e, por conseguinte, com a proximidade em relação ao Português.

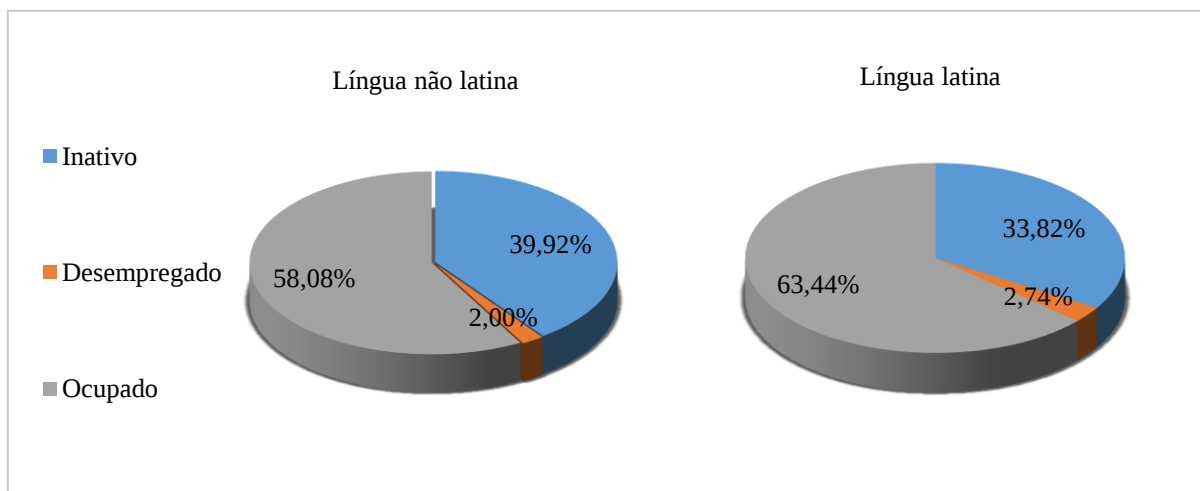


Gráfico 2 – Distribuição dos imigrantes, conforme a origem das línguas maternas, segundo os estados de emprego

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Observa-se que o percentual de inatividade é maior entre os indivíduos cujos idiomas não são latinos (39,92%). Entre aqueles que falam línguas latinas, a frequência de inativos corresponde a 33,82%. Ademais, os primeiros exibem menores frações de desempregados e de ocupados (2,00% e 58,08% respectivamente). Entre os imigrantes cujas linguagens são latinas, estas frações são iguais a 2,74% e 63,43% respectivamente.

As estatísticas referentes à inatividade e à ocupação podem ser um indicativo de que os imigrantes cujas línguas são de origem latina encontram, de fato, maior facilidade de inserção no mercado de trabalho brasileiro. Quanto aos dados relativos ao desemprego, estes podem estar relacionados a uma postura mais ousada dos imigrantes que falam idiomas latinos, no sentido de não aceitar um emprego qualquer, em razão de possuírem maior facilidade de comunicação e, conseqüentemente, de acesso a postos de trabalho melhores.

Nos gráficos 3 e 4, são apresentadas, separadamente, as distribuições de mulheres e homens, segundo os estados de emprego, para as línguas agrupadas quanto à presença de sistema de gênero.

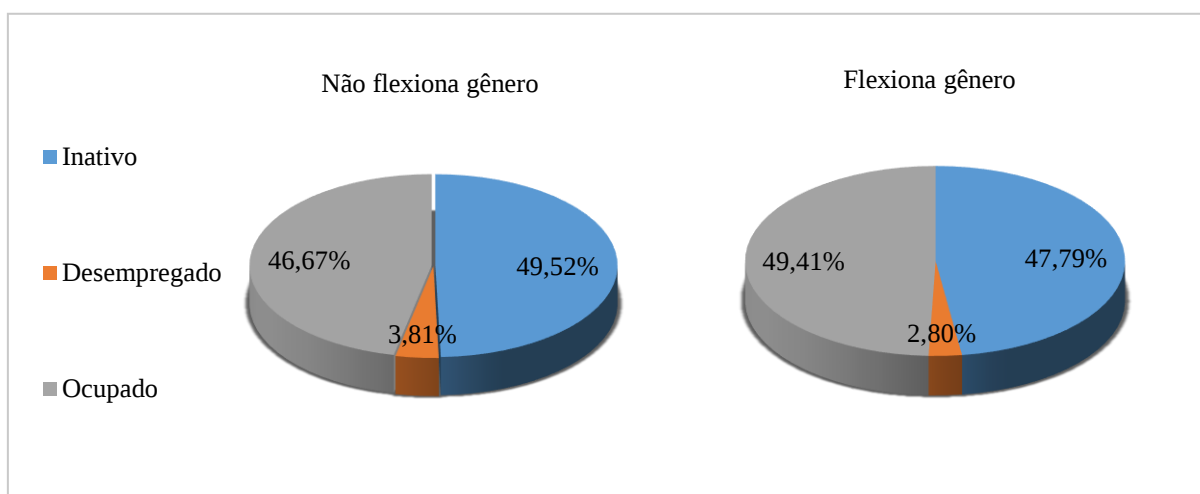


Gráfico 3 – Distribuição das mulheres, conforme a presença de sistema de gênero nas línguas maternas, segundo os estados de emprego

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

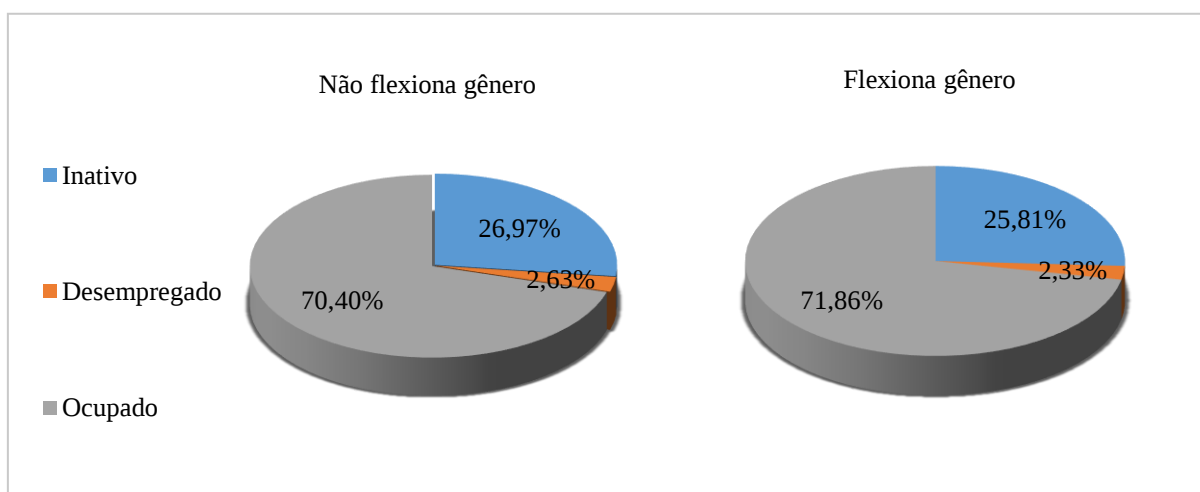


Gráfico 4 – Distribuição dos homens, conforme a presença de sistema de gênero nas línguas maternas, segundo os estados de emprego

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Verifica-se que as proporções de mulheres inativas e desempregadas são maiores entre aquelas que utilizam idiomas sem sistema de gênero (49,52% e 3,81% respectivamente). Entre mulheres cujas línguas flexionam gênero, as frequências de inatividade e desemprego são dadas por 47,79% e 2,80% respectivamente. Quanto ao estado de emprego “ocupado”, o primeiro grupo exibe um menor percentual (46,67%) se comparado ao segundo (49,41%). Tal configuração pode ser um reflexo da influência de outras características – como a origem latina, que é identificada em algumas linguagens com sistema de gênero – que favorecem a inserção

de imigrantes, em geral, no mercado de trabalho brasileiro e, nesse sentido, podem incentivar o engajamento econômico das mulheres.

No que se refere aos homens, nota-se que os percentuais referentes a inativos e desempregados são maiores entre aqueles cujos idiomas não possuem sistema de gênero (26,97% e 2,63% respectivamente). Entre homens que falam línguas nas quais se verifica clara distinção entre os gêneros, 25,81% são inativos e 2,33% encontram-se desempregados. A frequência de ocupados, por sua vez, é menor entre os homens pertencentes ao primeiro grupo (70,39%) em relação aqueles inseridos no segundo grupo (71,86%).

Por fim, o gráfico 5, expõe a distribuição dos imigrantes, segundo os estados de emprego, para os idiomas categorizados segundo a estrutura de referência ao futuro.

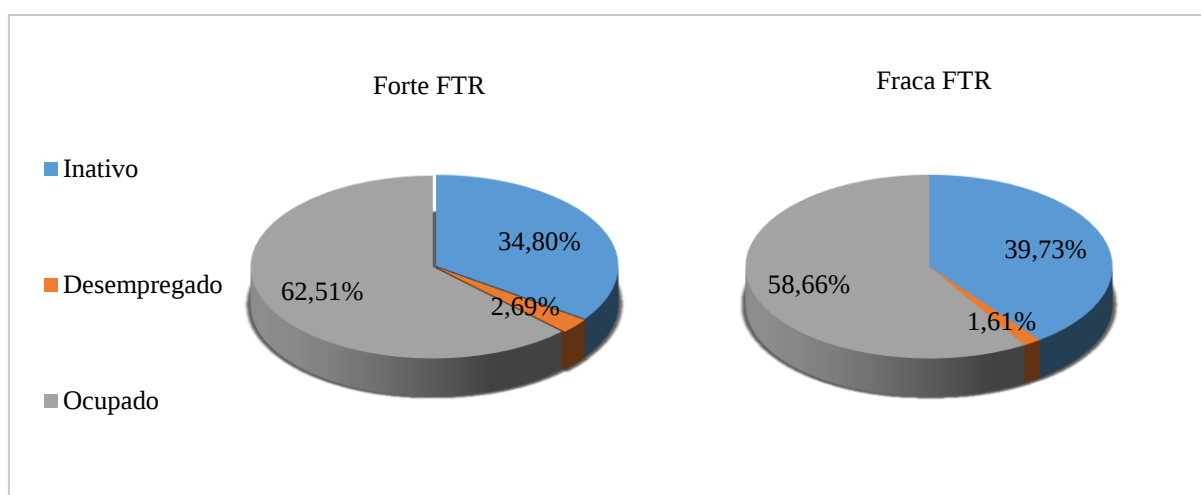


Gráfico 5 – Distribuição dos imigrantes, conforme a estrutura de referência ao futuro das línguas maternas, segundo os estados de emprego

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Constata-se que a fração de inativos é menor entre os imigrantes cujos idiomas são considerados fortes FTR (34,80%). Entre aqueles que falam línguas fracas FTR, os inativos correspondem a 39,73%. Já os percentuais relativos aos estados de emprego “desempregado” e “ocupado” são maiores entre os primeiros (2,69% e 62,51% respectivamente). Entre os indivíduos cujas linguagens são fracas FTR, estes percentuais são iguais a 1,61% e 58,67% respectivamente.

As estatísticas referentes, particularmente, à inatividade e à ocupação podem estar ligadas a possíveis interferências de demais características socioeconômicas e linguísticas na colocação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. O fato de os idiomas classificados como fracos FTR não possuírem origem latina e serem pouco falados no Brasil, por exemplo,

pode dificultar, ou atrasar a inserção dos indivíduos incluídos neste grupo de linguagem no mercado de trabalho brasileiro.

Os resultados econométricos são apresentados a seguir.

3.4.2 Resultados econométricos

No que diz respeito aos resultados econométricos, a tabela 3, abaixo, exhibe os efeitos marginais das variáveis relacionadas às características socioeconômicas e aos aspectos das linguagens para os estados de emprego inativo, desempregado e ocupado.

Tabela 3 – Efeitos marginais do logit multinomial

Variáveis	Inativo			Desempregado			Ocupado	
	Coeficiente (Erro- padrão)	Efeito Marginal		Coeficiente (Erro- padrão)	Efeito Marginal		Efeito Marginal	
Sexo	-0,6181 (2,44e-08)	-0,1301	***	-0,7308 (6,25e-08)	-0,0119	***	0,1420	***
Cor	0,1378 (0,2932751)	0,0301	***	-0,0573 (9,41e-09)	-0,0023	***	-0,0277	***
Idade	-0,0134 (1,18e-10)	-0,0028	***	-0,0224 (3,51e-10)	-0,0004	***	0,0032	***
Chefe de domicílio	-0,5222 (2,78e-09)	-0,1114	***	-0,1431 (8,14e-09)	0,0006	***	0,1108	***
Fundamental completo e médio incompleto	-0,5147 (3,85e-09)	-0,1069	***	0,3570 (1,21e-08)	0,0135	***	0,0934	***
Médio completo e superior incompleto	-0,8618 (3,33e-09)	-0,1764	***	0,3124 (1,08e-08)	0,0140	***	0,1624	***
Superior completo	-1,3922 (3,63e-09)	-0,2678	***	-0,0884 (1,20e-08)	0,0068	***	0,2609	***
Região metropolitana	-0,0996 (2,98e-09)	-0,0204	***	-0,1975 (8,38e-09)	-0,0038	***	0,0242	***
IDH	0,6453 (3,12e-09)	0,1325	***	0,3703 (8,77e-09)	0,0037	***	-0,1362	***
Tempo no Brasil	0,0054 (9,85e-11)	0,0012	***	-0,0044 (2,99e-10)	-0,0001	***	-0,0011	***
Norte	0,0707 (5,81e-09)	0,0162	***	-0,0757 (1,71e-08)	-0,0021	***	-0,0140	***
Nordeste	0,3924 (5,09e-09)	0,0837	***	0,6172 (1,25e-08)	0,0129	***	-0,0965	***
Centro-Oeste	0,0963 (5,08e-09)	0,0206	***	0,0893 (1,45e-08)	0,0013	***	-0,0219	***
Sul	-0,2161 (3,42e-09)	-0,0463	***	0,0345 (9,59e-09)	0,0024	***	0,0439	***
Língua latina	-0,3834 (4,04e-09)	-0,0851	***	-0,1281 (1,15e-08)	0,0001	***	0,0849	***
Mulher flexiona gênero	0,0675 (1,75e-08)	0,0187	***	-0,5486 (4,34e-08)	-0,0124	***	-0,0063	***
Homem flexiona gênero	-0,2010 (1,76e-08)	-0,0426	***	-0,1875 (4,72e-08)	-0,0027	***	0,0453	***
Fraca FTR	-0,1633 (4,91e-09)	-0,0323	***	-0,4203 (1,55e-08)	-0,0073	***	0,0396	***
Constante	0,9906 (1,79e-08)			-1,5788 (4,47e-08)				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

*** significante no nível de 1%; **significante no nível de 5%; *significante no nível de 10%

Número de observações: 3,433e+18

Os resultados mostram que as probabilidades estimadas para a amostra são: 32,21% para a inatividade; 2,28% para o desemprego e; 65,52% para a condição de estar ocupado. Avaliam-se, então, os efeitos marginais estimados das variáveis consideradas no modelo – quanto à significância, sentido e magnitude – sobre cada uma dessas possibilidades. Percebe-se que todas as variáveis apresentam efeitos marginais significativos ao nível de 1% para os três estados de emprego em análise.

Com relação às variáveis de controle, observa-se, em primeiro lugar, que sexo, chefe de domicílio, região metropolitana e tempo no Brasil exibem efeitos esperados. O fato de o indivíduo ser homem reduz suas chances de ser inativo e de estar desempregado, ao passo que aumenta sua chance de estar ocupado. Indivíduos que são responsáveis pelo domicílio exibem menor probabilidade de serem inativos e maior probabilidade de estarem ocupados (o aumento na probabilidade de desemprego para este grupo é pouco relevante em magnitude). Ademais, para imigrantes que residem em região metropolitana, as chances de inatividade e de desemprego são menores e a chance de ocupação é maior. Por fim, quanto maior é o tempo de permanência do indivíduo no Brasil, maior é, ainda que em pequena dimensão, a probabilidade de inatividade – uma vez que a tendência é que o mesmo, ao atingir idades mais avançadas, caminhe para a aposentadoria – e menores são as probabilidades de que este esteja desempregado e ocupado.

Em segundo lugar, destacam-se alguns impactos das variáveis cor, IDH, idade e escolaridade. Nota-se que o fato de o indivíduo ser branco ou amarelo aumenta em 3,01 pontos percentuais a chance de inatividade e diminui em 2,77 pontos percentuais a probabilidade de ele estar ocupado. Além disso, no que concerne à variável referente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os resultados revelam que imigrantes originários de países com IDH superior ao brasileiro possuem as probabilidades de inatividade e desemprego aumentadas – em 13,25 e 0,37 pontos percentuais respectivamente – e a probabilidade de estarem ocupados reduzida – em 13,62 pontos percentuais. Estas configurações podem indicar que, entre os imigrantes, alguns possuem fontes de recursos diversas – incluindo remessas, ou heranças familiares – que os permitem permanecer inativos quanto ao mercado de trabalho.

Quanto ao impacto da idade, verifica-se que a probabilidade de inatividade é reduzida em 0,28 pontos percentuais à medida que esta aumenta. Tal efeito sobre o primeiro estado de emprego pode estar relacionado ao fato de que jovens costumam ser mais inativos que pessoas mais velhas que ainda não atingiram a idade para se aposentarem. Por fim, no que se refere ao efeito do nível de escolaridade sobre a probabilidade de desemprego, observa-se que, em relação aos indivíduos que não possuem instrução ou possuem ensino fundamental incompleto,

as chances de desemprego são maiores, embora em pequenas magnitudes, para aqueles com mais anos de estudo. Este cenário pode ser justificado, por um lado, pelo fato de os imigrantes encontrarem dificuldade em ter seus graus de qualificação, ou seus diplomas reconhecidos no Brasil. Por outro lado, pode-se pensar que há um excesso de oferta de mão de obra por parte de imigrantes mais capacitados, ou, ainda, que estes são mais exigentes quanto às condições e aos postos de trabalho ofertados e, por isso, apresentam maiores chances de estarem desempregados. Ademais, ressalta-se que, apesar de os efeitos marginais dos níveis de escolaridade serem positivos para o desemprego, os mesmos decrescem à medida que o grau de instrução aumenta.

Na análise das regiões do Brasil que constituem destinos dos imigrantes, percebe-se que, em relação àqueles que se dirigem para o Sudeste e com exceção daqueles que migram para o Sul, os demais possuem a probabilidade de inatividade aumentada. Ainda em comparação aos indivíduos que se deslocam para a região Sudeste, aqueles se dirigem para o Norte são os únicos que exibem menor chance de estarem desempregados, ao passo que, somente, aqueles que migram para o Sul apresentam maior probabilidade de estarem ocupados.

No que diz respeito aos aspectos das linguagens que representam os objetos de estudo do presente trabalho, nota-se, em primeiro lugar, que o fato de o imigrante utilizar um idioma de origem latina reduz em 8,51 pontos percentuais a probabilidade de inatividade, ao passo que aumenta em 0,01 e 8,49 pontos percentuais as chances de o mesmo estar desempregado e ocupado respectivamente.

Em relação à probabilidade associada ao desemprego, adverte-se que, ainda que o efeito da dummy de língua latina sobre o estado de emprego em discussão seja significativo, sua dimensão é ínfima e, portanto, o mesmo não reflete, necessariamente, a predominância, entre indivíduos cujas linguagens são de origem latina, de piores condições de ingresso no mercado de trabalho. Além disso, diante dos impactos da referida variável sobre a inatividade e a ocupação – negativo e positivo respectivamente –, corrobora-se, para o caso dos imigrantes no Brasil, a hipótese de que os indivíduos cujas línguas maternas pertencem à mesma família da língua prioritária do país de acolhimento, em razão de fatores relacionados a aptidões linguísticas, alcançam maior êxito no mercado de trabalho deste último se comparados àqueles que falam línguas distantes.

Em segundo lugar, quanto à categorização dos idiomas segundo a presença de sistema de gênero em suas estruturas gramaticais, observa-se que mulheres que falam línguas nas quais há notória distinção entre os gêneros possuem a probabilidade de inatividade aumentada em 1,87 pontos percentuais e a probabilidade de estarem ocupadas reduzida em 0,63 pontos

percentuais. O contrário é verificado entre homens cujos idiomas exibem a referida característica. A probabilidade de serem inativos é 4,26 pontos percentuais menor, ao passo que a chance de estarem ocupados é 4,53 pontos percentuais maior. A probabilidade de desemprego é reduzida para ambos – em 1,24 pontos percentuais para as mulheres e em 0,27 pontos percentuais para os homens.

Percebe-se que, sendo controladas demais variáveis socioeconômicas e linguísticas, os efeitos marginais referentes às dummies relacionadas à flexão de gênero nas linguagens tanto no que se refere às mulheres quanto aos homens são condizentes com a hipótese sugerida neste trabalho. Em outras palavras, confirma-se, para o caso de imigrantes no Brasil, a proposição de que linguagens com sistema de gênero influenciam, negativamente, o engajamento econômico do sexo feminino e, deste modo, interferem na inserção de mulheres no mercado de trabalho, aumentando as chances de as mesmas serem inativas quanto ao estado de emprego.

Enfim, no que diz respeito à classificação dos idiomas conforme a estrutura de referência ao futuro, verifica-se que as linguagens consideradas fracas FTR exercem efeitos negativos sobre as probabilidades de inatividade e desemprego, sendo estes de magnitudes iguais a 3,23 e 0,73 pontos percentuais respectivamente. Os idiomas pertencentes ao referido grupo impactam, ainda, de forma positiva, em 3,96 pontos percentuais, sobre a probabilidade de o indivíduo estar ocupado.

Os resultados obtidos atestam a importância das variáveis de controle, na regressão, para se determinar o impacto isolado da dummy de idiomas fracos e fortes FTR sobre o comportamento do imigrante quanto ao fator trabalho no Brasil. Constata-se que os efeitos marginais encontrados para a variável em questão sustentam a hipótese levantada neste trabalho. Logo, pode-se inferir que o fato de um imigrante que possui como destino o Brasil falar uma língua que não exige diferenciação gramatical dos tempos verbais implica em uma conduta avessa ao risco, o que, por sua vez, reflete em seu posicionamento no mercado de trabalho brasileiro. Admite-se que o indivíduo em questão aceita condições, ou postos de trabalho não tão bons a fim de evitar o desemprego no referido país e, por isso, apresenta menor chance, em relação aos demais, de estar desempregado.

3.5 Conclusão

A partir da análise dos dados e das teorias e estudos empíricos do campo da economia da linguagem, atende-se aos fins propostos neste trabalho. Em primeiro lugar, as estatísticas

descritivas apontam o perfil dos imigrantes no Brasil para cada grupo de linguagem, os quais são definidos a partir da categorização destas quanto à origem latina, à forma de menção aos gêneros e à estrutura de referência ao futuro. Em segundo lugar, por meio do modelo logit multinomial, apura-se o impacto de cada uma destas características dos idiomas sobre a inserção dos imigrantes, incluindo brasileiros naturalizados e estrangeiros, no mercado de trabalho no referido país.

No que diz respeito às características socioeconômicas dos imigrantes, observa-se que, em todos os grupos de linguagem, a maioria deles exhibe o seguinte perfil: sexo masculino; cor branca ou amarela; não é chefe de domicílio; vive em companhia de cônjuge; reside em região metropolitana; a idade varia, em média, entre 40 e 43 anos e; o tempo de permanência no Brasil é, em média, de 16 a 24 anos. Com exceção do conjunto de línguas que não flexionam gênero, a maior parte dos indivíduos incluídos nos demais origina-se de países cujo IDH é superior ao brasileiro. Entre os imigrantes que falam línguas latinas e entre aqueles cujos idiomas apresentam sistema de gênero, o maior percentual verificado corresponde aos indivíduos sem instrução ou que possuem ensino fundamental incompleto, ao passo que entre aqueles que utilizam línguas fracas FTR, a maior fração refere-se aos indivíduos que possuem ensino superior completo. A maioria dos imigrantes incluídos nos dois primeiros grupos origina-se da América do Sul, enquanto que a maior parte destes últimos é proveniente da Ásia. Em geral, os deslocamentos são direcionados para a região Sudeste do Brasil.

Com relação aos impactos das características das linguagens na colocação dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro, constata-se que estes são significativos. O fato de o imigrante falar uma língua latina reduz a probabilidade de inatividade e aumenta as probabilidades de o mesmo estar desemprego e ocupado. Mulheres que utilizam idiomas com sistema de gênero possuem a chance de inatividade aumentada e as chances de estarem desempregadas e ocupadas reduzidas, ao passo que homens cujas línguas flexionam gênero exibem menores probabilidades de inatividade e de desemprego e maior probabilidade de estarem ocupados. Por fim, o fato de o imigrante falar um idioma classificado como fraco FTR reduz as probabilidades de inatividade e de desemprego e aumenta a probabilidade de o mesmo estar ocupado.

Assim sendo, pode-se afirmar que os resultados corroboram, para o caso dos imigrantes no Brasil, as hipóteses levantadas no presente estudo. Em outras palavras, percebe-se que, de fato, trabalhadores cujas línguas maternas possuem a mesma origem que o Português encontram mais facilidade de inserção no mercado de trabalho no referido país. Ademais, nota-se que mulheres imigrantes que utilizam idiomas que exibem distinção notória entre os gêneros são

mais propensas a configurarem-se como inativas quanto ao estado de emprego. Por fim, verifica-se que indivíduos cujas línguas nativas não exigem a marcação gramatical do tempo futuro tendem a apresentar menor probabilidade de estarem desempregados no mercado de trabalho brasileiro.

A despeito das incontáveis possibilidades de análise existentes no âmbito da conexão entre migração e economia da linguagem, espera-se que o trabalho em questão possa contribuir com a literatura sobre o tema, sobretudo referente ao Brasil, em alguns pontos. Além de amenizar a carência de pesquisas apoiadas na economia da linguagem sobre a imigração no referido país, almeja-se que as discussões e os resultados apresentados colaborem no sentido de atestar a importância de estudos a respeito das linguagens para a elucidação de realidades de imigrantes em sociedades hospedeiras. Enfim, acredita-se que o presente estudo, enquanto uma interpretação adicional acerca de fatores que moldam a vivência dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, possa auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para os deslocamentos internacionais de mão de obra direcionados para o Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca analisar a realidade dos imigrantes no mercado de trabalho no Brasil a partir de duas perspectivas. Pretende-se averiguar, em primeiro lugar, a existência de segmentação entre brasileiros – natos e naturalizados – e estrangeiros, o que é realizado no segundo capítulo deste trabalho. Os resultados indicam que não há evidências de segmentação entre os referidos grupos no país em questão. Em outras palavras, conclui-se que os estrangeiros que migram para o Brasil não o fazem para preencher postos de trabalho secundários, mas, ao contrário, apresentam, em comparação aos próprios brasileiros, maior chance de encontrar oportunidades no setor primário do mercado de trabalho.

Em segundo lugar, este estudo busca avaliar o impacto das línguas maternas dos imigrantes na colocação destes, no Brasil, quanto aos estados de emprego inativo, desempregado e ocupado, o que é concretizado no terceiro capítulo. Os efeitos encontrados de algumas particularidades das linguagens – origem latina (proximidade em relação ao Português); presença de sistema de gênero e; fraca estrutura de referência ao futuro – mostram que estas, de fato, exercem influência na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Especificamente, infere-se que indivíduos que falam línguas latinas exibem menor probabilidade de inatividade e maior probabilidade de estarem ocupados; mulheres cujos idiomas flexionam gênero são mais propensas a serem inativas e; aqueles que utilizam idiomas categorizados como fracos FTR possuem menor chance de estarem desempregados.

Este trabalho mostra-se restrito a alguns aspectos particulares referentes ao tema migração, contudo, ainda assim, espera-se que o mesmo possa contribuir com a literatura, sobretudo no que diz respeito à realidade dos imigrantes no Brasil, em alguns pontos principais. No que diz respeito às discussões acerca da predominância de segmentação no mercado de trabalho brasileiro entre mão de obra interna e externa, acredita-se que o presente estudo é relevante na medida em que oferece conclusões, a esse respeito, obtidas a partir dos dados do Censo Demográfico mais recente (do ano de 2010) realizado no país.

Ademais, no âmbito das análises dos movimentos migratórios pautadas na economia da linguagem e tendo em vista os resultados encontrados, almeja-se que esta pesquisa represente um importante passo no sentido de demonstrar a necessidade de maiores investigações que associem imigração a aspectos linguísticos, especialmente, no Brasil. Enfim, entende-se que as constatações, aqui feitas, podem contribuir na elaboração de políticas públicas direcionadas aos fluxos internacionais de força de trabalho que possuem como destino o referido país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOBENDAS, Miguel; RODRÍGUEZ-PLANAS, Núria. Immigrants' assimilation process in a segmented labor market. 2009.

BAUDER, Harald. **Labor movement: How migration regulates labor markets**. Oxford University Press, 2006.

BANERJEE, Biswajit. The role of the informal sector in the migration process: A test of probabilistic migration models and labour market segmentation for India. **Oxford Economic Papers**, v. 35, n. 3, p. 399-422, 1983.

BECKER, Gary S. **A theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 2. ed. National Bureau of Economic Research, 1975.

BLOOM, David E.; GRENIER, Gilles. Language, employment, and earnings in the United States: Spanish-English differentials from 1970 to 1990. **International Journal of the Sociology of Language**, v. 121, n. 1, p. 45-68, 1996.

BORJAS, George J. Self-selection and the earnings of immigrants. *American Economic Review*, v.77, n.4, p.531-553, 1987.

BRANCHI, Bruna; BARRETTO, Vanessa Vital. Mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Perspectiva Econômica**, v. 6, n. 1, p. 63-90, 2010.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6., 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/ FACE/ UFMG, 2009.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 26, n. 75, p. 137-156, 2012.

CACCIAMALI, Maria C. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 59-69, jan./mar. 1978.

CASARI, Priscila. **Segmentação no mercado de trabalho brasileiro**: diferenças entre o setor agropecuário e os setores não agropecuários, período de 2004 a 2009. 2012. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

CHEN, M. Keith. The effect of language on economic behavior: Evidence from savings rates, health behaviors, and retirement assets. **The American Economic Review**, v. 103, n. 2, p. 690-731, 2013.

CHEN, Shimin et al. Languages and Corporate Savings Behavior. **Available at SSRN 2556061**, 2015.

CHEN, Yu. Occupational attainment of migrants and local workers: Findings from a survey in Shanghai's manufacturing sector. **Urban studies**, v. 48, n. 1, p. 3-21, 2011.

CHENG, Simon; LONG, J. Scott. Testing for IIA in the multinomial logit model. **Sociological Methods & Research**, v. 35, n. 4, p. 583-600, 2007.

CHISWICK, Barry R. Are immigrants favorably self-selected? an economic analysis. In: BRETTELL, Caroline D.; HOLLIFIELD, James F. **Migration theory: talking across the disciplines**. New York: Routledge, 2000. cap. 3.

CHISWICK, Barry R. *The Economics of Language: An Introduction and Overview*. 2008.

CHISWICK, Barry R.; MILLER, Paul W. **English language fluency among immigrants in the United States**. The University of Western Australia, Department of Economics, 1997.

CHISWICK, Barry R.; MILLER, Paul W. *International Migration and the Economics of Language*. 2014.

CHISWICK, Barry R.; MILLER, Paul W. Negative and Positive Assimilation, Skill Transferability, and Linguistic Distance. 2011.

CHISWICK, Barry R.; MILLER, Paul W. The endogeneity between language and earnings: International analyses. **Journal of labor economics**, p. 246-288, 1995.

CHURCH, Jeffrey; KING, Ian. Bilingualism and network externalities. **Canadian Journal of Economics**, p. 337-345, 1993.

COOPER, Robert L. **Language planning and social change**. Cambridge University Press, 1989.

CONSTANT, Amelie; MASSEY, Douglas S. Labor market segmentation and the earnings of German guestworkers. **Population Research and Policy Review**, v. 24, n. 5, p. 489-512, 2005.

DAHL, Östen. Tense and aspect systems. 1985.

DAHL, Östen. The grammar of future time reference in European languages. **Empirical Approaches to Language Typology**, v. 6, p. 309-328, 2000.

DAVIS, Lewis S.; ABDURAZOKZODA, Farangis. Language, culture and institutions: Evidence from a new linguistic dataset. **Journal of Comparative Economics**, 2015.

DE SWAAN, Abram. *Words of the World: The Global Language System*. 2001.

DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael J. **Internal labor market and Manpower analysis**. Lexington: Heath, 1971. 214 p.

DUNN, William N. **Public policy analysis**. Routledge, 2015.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. 5. ed. Tradução Sidney Stancatti. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000. Tradução de: Modern labor economics: theory and public policy.

FAN, C. Cindy. Migration and labor-market returns in urban China: results from a recent survey in Guangzhou. **Environment and Planning A**, v. 33, n. 3, p. 479-508, 2001.

FAN, C. Cindy. The elite, the natives, and the outsiders: Migration and labor market segmentation in urban China. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 92, n. 1, p. 103-124, 2002.

FASAN, Marco et al. Language FTR and Earnings Management: International Evidence. **Available at SSRN 2763922**, 2016.

FERRÃO, Jorge. Migrações. **Revista Internacional em Língua Portuguesa—Migrações**, v. 3, n. 24, p. 9-10, 2011.

FIALHO, Vanessa Ribas. A DIFERENÇA NA SEMELHANÇA: uma proposta baseada na teoria da atividade para o ensino de línguas próximas. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2005.

FIGUEIREDO, Joana M. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento**: realidades compatíveis no contexto Europeu? 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

FISHMAN, Joshua A. **Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Multilingual matters, 1991.

GAY, Victor et al. Decomposing Culture: Can Gendered Language Influence Women's Economic Engagement?. **Fox School of Business Research Paper**, n. 15-046, 2015.

GERMANI, Gino. **Sociologia da Modernização**: Estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. Tradução Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. 5ª ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

GRIN, François. Economic approaches to language and language planning: an introduction. **International Journal of the Sociology of language**, v. 121, n. 1, p. 1-16, 1996.

GRIN, François. Economic considerations in language policy. **An introduction to language policy: Theory and method**, p. 77-94, 2006.

GRIN, François. The economics of language: match or mismatch?. **International Political Science Review**, v. 15, n. 1, p. 25-42, 1994.

GRIN, François. Using language economics and education economics in language education policy. **Conseil de l'Europe**, 2002.

GUEDES, Gilvan Ramalho; AGOSTINHO, Cíntia Simões; MÁXIMO, Geovane da Conceição. Determinantes à primeira migração internacional: uma análise a partir de dados longitudinais disponíveis para a Nicarágua. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: [s.n.], 2008. p. 1-21.

GUEDES, Gilvan Ramalho; MARQUES, Denise Helena Franca. Migração e mercado de trabalho em Portugal: uma análise comparativa entre brasileiros e africanos lusófonos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2008.

HAUSMAN, Jerry; MCFADDEN, Daniel. Specification tests for the multinomial logit model. **Econometrica**, Nova Iorque, v. 52, n. 5, p. 1219-1240, set. 1984.

HICKS, Daniel L.; SANTACREU-VASUT, Estefania; SHOHAM, Amir. Does mother tongue make for women's work? Linguistics, household labor, and gender identity. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 110, p. 19-44, 2015.

KAPLAN, Robert B.; BALDAUF, Richard B. **Language planning from practice to theory**. Multilingual Matters, 1997.

KOVACIC, Matija; ORSO, Cristina Elisa. Why do some countries fear immigration more than others? Evidence from Europe. **University Ca' Foscari of Venice, Dept. of Economics Research Paper Series No**, v. 5, 2016.

KROPKO, J. **Choosing between multinomial logit and multinomial probit model for unordered data**. 2008. 51 p. Thesis (master in arts – political science). Department of Political Science, University of North Carolina at Chapel Hill, 2008.

HOCEVAR, Toussaint et al. Equilibria in linguistic minority markets. **Kyklos**, v. 28, n. 2, p. 337-357, 1975.

LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 217-272, abr. 1980.

LIPMAN, Barton L. **Language and Economics**. 2002.

LONG, J. Scott; FREESE, Jeremy. **Regression models for categorical dependent variables using Stata**. Stata press, 2006.

LUCENA, Andréa Freire de; DIAS, Luciana de Oliveira. Da Europa para o Brasil: fluxos migratórios em tempos de crise econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte.

MACIEL, Francieli Tonet; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Migração interna e seletividade: uma aplicação para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR: ANPEC, 2011.

MARSHAK, Jacob. Economics of Language (1965). In: **Economic Information, Decision, and Prediction**. Springer Netherlands, 1974. p. 183-192.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, [São Paulo], v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v.19, n.3, p.431-466, Sept. 1993.

MAVISAKALYAN, Astghik. Gender in Language and Gender in Employment. **Oxford Development Studies**, v. 43, n. 4, p. 403-424, 2015.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. 1912.

MELITZ, Jacques. English-language dominance, literature and welfare. 1999.

MELITZ, Jacques; TOUBAL, Farid. Native language, spoken language, translation and trade. 2012.

MINCER, Jacob. Family migration decisions. **National Bureau of Economic Research**, New York, aug. 1977. Working paper n. 199.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. [Minas Gerais]: Cedeplar/ UFMG, [20--].

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. **Cadernos OBmigra-Revista Migrações Internacionais**, v. 1, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Não paginado.

OLIVEIRA, Orlandina de.; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio A. de. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 245-265.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. Brasil: país de imigração. **Revista Internacional em Língua Portuguesa-Migrações**, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. 2004. 36 f. Publicação seriada do SOCIUS (N. 11)-Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

POOL, Jonathan. Optimal language regimes for the European Union. 1996.

RAVENSTEIN, Ernest G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 19-88.

ROY, A. D. Some thoughts on the distribution of earnings. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 3, n. 2, p. 135-146, jun. 1951.

RUBINSTEIN, Ariel. *Economics and Language*. 2000.

SABOURIN, Conrad. La théorie des environnements linguistiques. **Economie et langue. Québec: Conseil de la langue française**, p. 59-82, 1985.

SANTACREU-VASUT, Estefania; SHENKAR, Oded; SHOHAM, Amir. Linguistic gender marking and its international business ramifications. **Journal of International Business Studies**, v. 45, n. 9, p. 1170-1178, 2014.

SANTOS, Mauro Augusto dos. et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2010. 18 p. (Texto para discussão, n. 398).

SAPIR, Edward. *Language: An introduction to the study of speech*. **New York: Harcourt, Brace & Company**, 1921.

SAPIR, Edward. **Selected Writings of Edward Sapir**. Univ of California Press, 1968.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: GT de Migração, 2000.

SCHOLZ, Barbara C.; PELLETIER, Francis J.; PULLUM, Geoffrey K. *Philosophy of Linguistics*. 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/linguistics/>>. Acesso em: 28 mai 2016.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SELTEN, Reinhard; POOL, Jonathan. The distribution of foreign language skills as a game equilibrium. In: **Game equilibrium models IV**. Springer Berlin Heidelberg, 1991. p. 64-87.

SILVA, Dinair Andrade da. O Brasil nas migrações internacionais. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 111-144.

SINGER, Paul I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 211-244.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, v. 1, p. 115-143, 1980.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 360 f. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

STARK, Oded; BLOOM, David E. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, maio. 1985.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p. 1-14, fev. 1989.

SUTTER, Matthias et al. The Effect of Language on Economic Behavior: Experimental Evidence from Children's Intertemporal Choices. 2015.

THIEROFF, Rolf. On the areal distribution of tense-aspect categories in Europe. **EMPIRICAL APPROACHES TO LANGUAGE TYPOLOGY**, v. 6, p. 265-308, 2000.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 145-171.

TYSKOWSKI, Karla Cristina. et al. Diferencial salarial segundo a condição de migração e gênero no estado de Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 9., 2015, Chapecó. **Anais...** Chapecó, SC: APEC, 2015.

VAILLANCOURT, François. Language and socioeconomic status in Quebec: measurement, findings, determinants, and policy costs. **International Journal of the Sociology of language**, v. 121, n. 1, p. 69-92, 1996.

VILELA, Elaine Meire. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 89-129, 2011.

VILELA, Elaine Meire. **Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. 2008. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VILELA, Elaine Meire; XAVIER, Flavia Pereira. Imigrantes internacionais e as localizações intermediárias de classes. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 1, n. 19.1, 2011.

WHORF, Benjamin Lee. The relation of habitual thought and behavior to language. **Etc: a review of general semantics**, p. 197-215, 1944.

WHORF, Benjamin Lee. Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf. (Edited by John B. Carroll.). 1956.

APÊNDICE

Tabela 1 – Ocupações classificadas como primárias

Ocupações Primárias	
Legisladores	Bailarinos e coreógrafos
Dirigentes superiores da administração pública	Diretores de cinema, de teatro e afins
Chefes de pequenas populações	Atores
Dirigentes de organizações que apresentam um interesse especial	Locutores de rádio, televisão e outros meios de comunicação
Diretores gerais e gerentes gerais	Artistas criativos e interpretativos não classificados anteriormente
Dirigentes financeiros	Técnicos em ciências físicas e químicas
Dirigentes de recursos humanos	Técnicos em engenharia civil
Dirigentes de políticas e planejamento	Eletrotécnicos
Dirigentes de administração e de serviços não classificados anteriormente	Técnicos em eletrônica
Dirigentes de vendas e comercialização	Técnicos em engenharia mecânica
Dirigentes de publicidade e relações públicas	Técnicos em química industrial
Dirigentes de pesquisa e desenvolvimento	Técnicos em engenharia de minas e metalurgia
Dirigentes de produção agropecuária e silvicultura	Desenhistas e projetistas técnicos
Dirigentes de produção da aquicultura e pesca	Técnicos em ciências físicas e da engenharia não classificados anteriormente
Dirigentes de indústria de transformação	Supervisores da mineração
Dirigentes de explorações de mineração	Supervisores de indústrias de transformação
Dirigentes de empresas de construção	Supervisores da construção
Dirigentes de empresas de abastecimento, distribuição e afins	Controladores de instalações de processamento de produtos químicos
Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações	Controladores de processos de produção de metais
Dirigentes de serviços de cuidados infantis	Técnicos em controle de processos não classificados anteriormente
Dirigentes de serviços de saúde	Técnicos e profissionais de nível médio em ciências biológicas (exclusive da medicina)
Dirigentes de serviços de cuidado a pessoas idosas	Técnicos agropecuários
Dirigentes de serviços de bem-estar social	Técnicos florestais
Dirigentes de serviços de educação	Oficiais maquinistas em navegação
Gerentes de sucursais de bancos, de serviços financeiros e de seguros	Capitães, oficiais de cobertura e práticos
Dirigentes e gerentes de serviços profissionais não classificados anteriormente	Pilotos de aviação e afins
Gerentes de hotéis	Controladores de tráfego aéreo
Gerentes de restaurantes	Técnicos em segurança aeronáutica
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	Técnicos em aparelhos de diagnóstico e tratamento médico
Gerentes de centros esportivos, de diversão e culturais	Técnicos de laboratórios médicos
Gerentes de serviços não classificados anteriormente	Técnicos e assistentes farmacêuticos
Físicos e astrônomos	Técnicos de próteses médicas e dentárias

Meteorologistas	Profissionais de nível médio de enfermagem
Químicos	Profissionais de nível médio de partos
Geólogos e geofísicos	Profissionais de nível médio de medicina tradicional e alternativa
Matemáticos, atuários e estatísticos	Técnicos e assistentes veterinários
Biólogos, botânicos, zoólogos e afins	Dentistas auxiliares e ajudantes de odontologia
Agrônomos e afins	Técnicos em documentação sanitária
Profissionais da proteção do meio ambiente	Técnicos em optometria e ópticos
Engenheiros industriais e de produção	Técnicos e assistentes fisioterapeutas
Engenheiros civis	Assistentes de medicina
Engenheiros de meio ambiente	Inspetores de saúde laboral, ambiental e afins
Engenheiros mecânicos	Profissionais de nível médio da saúde não classificados anteriormente
Engenheiros químicos	Agentes e corretores de bolsa, câmbio e outros serviços financeiros
Engenheiros de minas, metalúrgicos e afins	Agentes de empréstimos e financiamento
Engenheiros não classificados anteriormente	Contabilistas e guarda livros
Engenheiros eletricitas	Profissionais de nível médio de serviços estatísticos, matemáticos e afins
Engenheiros eletrônicos	Avaliadores
Engenheiros em telecomunicações	Despachantes aduaneiros
Arquitetos de edificações	Organizadores de conferências e eventos
Arquitetos paisagistas	Supervisores de secretaria
Desenhistas de produtos e vestuário	Secretários jurídicos
Urbanistas e engenheiros de trânsito	Secretários executivos e administrativos
Cartógrafos e agrimensores	Secretários de medicina
Desenhistas gráficos e de multimídia	Agentes aduaneiros e inspetores de fronteiras
Médicos gerais	Agentes da administração tributária
Médicos especialistas	Agentes de serviços de seguridade social
Profissionais de enfermagem	Agentes de serviços de expedição de licenças e permissões
Profissionais de partos	Inspetores de polícia e detetives
Profissionais da medicina tradicional e alternativa	Agentes da administração pública para aplicação da lei e afins não classificados anteriormente
Paramédicos	Profissionais de nível médio do direito e serviços legais e afins
Veterinários	Trabalhadores e assistentes sociais de nível médio
Dentistas	Auxiliares leigos de religião
Farmacêuticos	Atletas e esportistas
Profissionais da saúde e da higiene laboral e ambiental	Treinadores, instrutores e árbitros de atividades esportivas
Fisioterapeutas	Instrutores de educação física e atividades recreativas
Dietistas e nutricionistas	Fotógrafos
Fonoaudiólogos	Desenhistas e decoradores de interiores
Optometristas	Técnicos em galerias de arte, museus e bibliotecas
Profissionais da saúde não classificados anteriormente	Chefes de cozinha
Professores de universidades e do ensino superior	Outros profissionais de nível médio em atividades culturais e artísticas

Professores de formação profissional	Técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações
Professores do ensino médio	Técnicos em assistência ao usuário de tecnologia da informação e das comunicações
Professores do ensino fundamental	Técnicos de redes e sistemas de computadores
Professores do ensino pré-escolar	Técnicos da web
Especialistas em métodos pedagógicos	Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual
Educadores para necessidades especiais	Técnicos de engenharia de telecomunicações
Outros professores de idiomas	Auxiliares de serviço de bordo
Outros professores de música	Guias de turismo
Outros professores de artes	Especialistas em tratamento de beleza e afins
Instrutores em tecnologias da informação	Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos
Profissionais de ensino não classificados anteriormente	Comerciantes de lojas
Contadores	Supervisores de lojas
Assessores financeiros e em investimentos	Modelos de moda, arte e publicidade
Analistas financeiros	Bombeiros
Analistas de gestão e administração	Policiais
Especialistas em políticas de administração	Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)
Especialistas em políticas e serviços de pessoal e afins	Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins
Especialistas em formação de pessoal	Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos
Profissionais da publicidade e da comercialização	Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado
Profissionais de relações públicas	Avicultores e trabalhadores qualificados da avicultura
Profissionais de vendas técnicas e médicas (exclusive de tecnologia da informação e comunicações)	Apicultores, sericicultores e trabalhadores qualificados da apicultura e sericicultura
Profissionais de vendas de tecnologia da informação e comunicações	Outros criadores e trabalhadores qualificados da pecuária não classificados anteriormente
Analistas de sistemas	Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista
Desenvolvedores de programas e aplicativos (<i>software</i>)	Trabalhadores florestais qualificados e afins
Desenvolvedores de páginas de internet (<i>web</i>) e multimídia	Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais
Programadores de aplicações	Joalheiros e lapidadores de gemas, artesãos de metais preciosos e semipreciosos
Desenvolvedores e analistas de programas e aplicativos (<i>software</i>) e multimídia	Ceramistas e afins (preparação e fabricação)
Desenhistas e administradores de bases de dados	Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
Administradores de sistemas	Redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores
Profissionais em rede de computadores	Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes
Especialistas em base de dados e em redes de computadores não	Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes

Advogados e juristas	Artesãos não classificados anteriormente
Juízes	Trabalhadores da degustação e classificação de alimentos e bebidas
Profissionais em direito não classificados anteriormente	Trabalhadores qualificados da preparação do fumo e seus produtos
Arquivologistas e curadores de museus	Trabalhadores qualificados da preparação da confecção de roupas
Bibliotecários, documentaristas e afins	Trabalhadores qualificados do tratamento de couros e peles
Economistas	Trabalhadores subaquáticos
Sociólogos, antropólogos e afins	Marinheiros de coberta e afins
Filósofos, historiadores e especialistas em ciência política	Oficiais das forças armadas
Psicólogos	Graduados e praças das forças armadas
Assistentes sociais	Militares das forças armadas não especificados
Ministros de cultos religiosos, missionários e afins	Oficiais de polícia militar
Escritores	Graduados e praças da polícia militar
Jornalistas	Oficiais de bombeiro militar
Tradutores, intérpretes e linguistas	Graduados e praças do corpo de bombeiros
Artistas plásticos	Bombeiros e policiais militares não especificados
Músicos, cantores e compositores	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares não especificados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Tabela 2 – Coeficientes do modelo logit multinomial

Variáveis	Desempregado	Ocupação Primária	Ocupação Secundária
	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente
Imigrante	-0,5139	0,0476	-0,4910
Sexo	0,4106	1,1369	1,1393
Cor	-0,1815	0,2346	-0,0193
Idade	0,2615	0,3213	0,3280
Idade ²	-0,0040	-0,0039	-0,0043
Chefe de domicílio	0,2635	0,5759	0,5838
Escolaridade	0,7627	1,5667	0,7580
Região metropolitana	0,2431	-0,3136	0,0414
Sudeste	0,1406	-0,0840	0,1514
Sul	-0,1525	0,5827	0,3652
Centro-Oeste	-0,0742	0,1990	0,0905
Nordeste	-0,1153	-0,0070	-0,3971
Constante	-5,9969	-7,5992	-6,0458

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo (2010)

Tabela 3 – Classificação das línguas segundo à origem, forma de menção aos gêneros e estrutura de referência ao futuro

Língua	Origem	Flexiona gênero	FTR
Albanês	Não Latina	Sim	Forte
Alemão	Não Latina	Sim	Fraca
Árabe	Não Latina	Sim	Forte
Armênio	Não Latina	Não	Forte
Azerbaijano	Não Latina	Não	Forte
Bambara	Não Latina	Não	Fraca
Bengali	Não Latina	Não	Forte
Bielorusso	Não Latina	Sim	Forte
Birmanês	Não Latina	-	-
Búlgaro	Não Latina	Sim	Forte
Butanês	Não Latina	-	-
Catalão	Latina	-	Forte
Cazaque	Não Latina	Não	-
Checo	Não Latina	Sim	Forte
Chichewa	Não Latina	Não	Forte
Cingalês	Não Latina	Sim	-
Coreano	Não Latina	Sim	Forte
Croata	Não Latina	Sim	Forte
Dari	Não Latina	-	-
Dinamarquês	Não Latina	Sim	Fraca
Divehi	Não Latina	-	-
Eslovaco	Não Latina	Sim	Forte
Esloveno	Não Latina	Sim	Forte
Espanhol	Latina	Sim	Forte
Estoniano	Não Latina	Não	Fraca
Ewe	Não Latina	Não	Forte
Finlandês	Não Latina	Não	Fraca
Francês	Latina	Sim	Forte
Fula	Não Latina	Não	Forte
Georgiano	Não Latina	Não	Forte
Grego	Não Latina	Sim	Forte
Hausa	Não Latina	Sim	Forte
Hebraico	Não Latina	Sim	Forte
Hindi	Não Latina	Não	Forte
Holandês	Não Latina	Sim	Fraca
Húngaro	Não Latina	Não	Forte
Indonésio	Não Latina	-	Fraca
Inglês	Não Latina	Sim	Forte
Islandês	Não Latina	-	Fraca
Italiano	Latina	Sim	Forte
Japonês	Não Latina	Sim	Fraca
khmer	Não Latina	Não	-
Kongo	Não Latina	Sim	Fraca
Laociano	Não Latina	Não	-
Letã	Não Latina	Sim	Forte
Lituano	Não Latina	Sim	Forte
Macedônio	Não Latina	Sim	Forte
Malaio	Não Latina	Não	Fraca
Mandarim	Não Latina	Sim	Fraca
Mongol	Não Latina	Não	-

Nepalês	Não Latina	Não	-
Norueguês	Não Latina	Sim	Fraca
Oromo	Não Latina	Sim	Fraca
Persa	Não Latina	Não	Forte
Polonesa	Não Latina	Sim	Forte
Português	Latina	Sim	Forte
Quirguiz	Não Latina	Não	-
Romeno	Latina	Sim	Forte
Russo	Não Latina	Sim	Forte
Sérvio	Não Latina	-	Forte
Sueco	Não Latina	Sim	Fraca
Tagalog	Não Latina	Não	Forte
Tailandês	Não Latina	Não	Forte
Tigrínia	Não Latina	Sim	Forte
Turco	Não Latina	Não	Forte
Turcomeno	Não Latina	Não	-
Ucraniano	Não Latina	Sim	Forte
Uzbeque	Não Latina	Não	Forte
Vietnamita	Não Latina	Não	Forte
Zulu	Não Latina	Sim	Forte

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Mavisakalyan (2015) e de Chen (2013)